TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA DE 2005

A

► AGENTE PÚBLICO

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

RECURSO. REPRESENTAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ARTIGO 22 DA LEI Nº 64/90. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CASSAÇÃO DOS REGISTROS COM LASTRO NO ARTIGO 41-A DA LEI Nº 9504/97 E DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DOS REPRESENTADOS. VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS EM REFERÊNCIA. INDEMONSTRAÇÃO. RECURSO PROVIDO PARA AFASTAR AS SANÇÕES IMPOSTAS PELO JUÍZO *A QUO*.

CASSAÇÃO DOS REGISTROS COM LASTRO NO ARTIGO 41-A DA LEI Nº 9504/97 E DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DOS REPRESENTADOS. DISTRIBUIÇÃO DE CESTA BÁSICA POR AGENTE PÚBLICO COM PEDIDO DE VOTO.

INEXISTÊNCIA DE PROVA NOS AUTOS DA OCORRÊNCIA DO PEDIDO DE VOTO PARA FAVORECIMENTO DE CANDIDATURA. DESCARACTERIZAÇÃO DO ABUSO DO PODER POLÍTICO.

DADO PROVIMENTO AO RECURSO. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.213 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 114 - CLASSE 31, EM 09/05/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/05/2005, PÁGINA 02.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90. DECURSO DO PRAZO DE TRÊS ANOS RELATIVO À SANÇÃO DE INELEGIBILIDADE. RECURSO QUE SE JULGA PREJUDICADO.

**ACÓRDÃO Nº 28.036 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART.22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 65 - CLASSE: 31, EM 03/03/2005.
RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 15/03/2005, PÁGINA 03.**

VIDE:

**ACÓRDÃO Nº 28.074 - RECURSO EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO Nº 34 – CLASSE 11, EM 17/03/2005.
RELATOR: DES. PAULO ESPÍRITO SANTO.**

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. LEI COMPLEMENTAR 64/90. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO E DE AUTORIDADE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

- RECURSO EM REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL INTERPOSTO POR NILTON LUIZ DA PENHA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E CANDIDATO À REELEIÇÃO NO PLEITO DE 2004 E ANDRÉ DE MELLO COSTA, CANDIDATO À VICE-PREFEITO DA CHAPA DO PREFEITO, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, PARA, RECONHECENDO O ABUSO DO PODER ADMINISTRATIVO NO EMPREGO DE SERVIDORES NA CAMPANHA DOS INVESTIGADOS, ORA RECORRENTES, DETERMINAR A CASSAÇÃO DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS DOS MESMOS, DECLARANDO-OS INELEGÍVEIS POR TRÊS ANOS, CONFORME PRECEITUA A LEGISLAÇÃO ELEITORAL PERTINENTE.

- REJEITADA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO SEGUNDO RECORRENTE.

- NÃO ACOLHIDA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA, PORQUE NÃO TERIA APRECIADO PROVAS RELEVANTES DOS AUTOS.

- RECONHECIDA A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO RECURSAL, NA MEDIDA EM QUE CONSTATADO QUE A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU ACOLHEU A PRETENSÃO AUTURAL, BASEANDO-SE, FUNDAMENTALMENTE, NO COLHIMENTO DOS DEPOIMENTOS ORAIS PRODUZIDOS NO AUTOS, CUJA CONSISTÊNCIA É FIDELIDADE AOS FATOS, NÃO SE AFIGURAM SUFICIENTES A ENSEJAR A CASSAÇÃO DE REGISTRO E DECLARAR A INELEGIBILIDADE DOS RECORRENTES.

- PROVIDO O RECURSO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO INAUGURAL.

ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO E DE AUTORIDADE. LEI COMPLEMENTAR 64/90.

RECONHECIDO O ABUSO DO PODER ADMINISTRATIVO NO EMPREGO DE SERVIDORES NA CAMPANHA DOS INVESTIGADOS. DETERMINADA A CASSAÇÃO DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS E DECLARADA A INELEGIBILIDADE POR TRÊS ANOS.

NÃO ACOLHIDA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEITADA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO SEGUNDO RECORRENTE. RECONHECIDA A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO RECURSAL, SOB O ARGUMENTO DE QUE A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA FOI

INSUFICIENTE PARAENSEJAR A CASSAÇÃO DOS REGISTROS E A DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DOS RECORRENTES.
DADO PROVIMENTO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. POR MAIORIA.

**ACÓRDÃO Nº 28.046 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 79 – CLASSE 31, EM 07/03/2005.
RELATOR: DES. FEDERAL PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 03.**

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. REPRESENTAÇÃO. ALEGADA PRÁTICA DE IRREGULARIDADES PELOS CANDIDATOS À PREFEITURA DE MANGARATIBA, CARACTERIZANDO ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO E DE AUTORIDADE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONDENAÇÃO EM MULTA NO VALOR DE 10.000 UFIR. LEI 95041/97. PROVIMENTO DO RECURSO.

- RECURSO EM REPRESENTAÇÃO INTERPOSTO POR NILTON LUIZ DA PENHA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E CANDIDATO À REELEIÇÃO NO PLEITO DE 2004 E ANDRÉ DE MELLO COSTA, CANDIDATO À VICE-PREFEITO DA CHAPA DO PREFEITO, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, PARA, RECONHECENDO IRREGULARIDADE CONSUBSTANCIADA NO EMPREGO DE SERVIDORES NA CAMPANHA DOS INVESTIGADOS, ORA RECORRENTES, CONDENÁ-LOS AO PAGAMENTO DE MULTA NO VALOR DE 10.000 UFIR, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL PERTINENTE.

- ADOTADOS OS FUNDAMENTOS CONSTANTES DO VOTO PROFERIDO NOS AUTOS DO RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ARTIGO 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90, PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO EXORDIAL, EXCLUINDO A PENA PECUNIÁRIA QUE FOI IMPOSTA EM PRIMEIRO GRAU, AOS RECORRENTES.

- PROVIDO O RECURSO.

EMPREGO DE SERVIDORES NA CAMPANHA DOS CANDIDATOS. CARACTERIZADO O ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO E DE AUTORIDADE. APLICAÇÃO DE SANÇÃO PECUNIÁRIA COM BASE NA LEI 9504/97 RELACIONADA A PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO, POLÍTICO OU DE AUTORIDADE. PREVISÃO DO ARTIGO 73 DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. EXCLUSÃO DA PENA PECUNIÁRIA IMPOSTA EM PRIMEIRO GRAU NO VALOR DE 10.000 UFIR. PROVIMENTO DO RECURSO. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.049 - RECURSO ELEITORAL Nº 3583 - CLASSE: 13, EM 07/03/2005.

RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 03.

VIDE:

**ACÓRDÃO Nº 28.046 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 79 – CLASSE 31, EM 07/03/2005.
RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.**

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO, DIANTE DO INDEFERIMENTO DE PEDIDOS PARA A REALIZAÇÃO DE SHOWMÍCIOS. IMPROCEDÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- RECURSO INTERPOSTO NOS AUTOS DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PROPOSTA POR SÉRGIO ALBERTO SOARES E A COLIGAÇÃO COMPETÊNCIA E TRABALHO EM FACE DE COSME JOSÉ SALLES, PREFEITO MUNICIPAL E LUIZ GONZAGA DUQUE ESTRADA LAGINESTRA FILHO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 104ª ZONA ELEITORAL, QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, AO RECONHECER A INEXISTÊNCIA DA ALEGADA UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA PELOS RECORRIDOS, EMBORA FOSSE O PRIMEIRO DELES CANDIDATO À REELEIÇÃO, ALÉM DE SALIENTAR QUE O GOVERNO MUNICIPAL NÃO ESTARIA IMPEDIDO DE REALIZAR E DIVULGAR OBRAS PÚBLICAS, NEM DE IMPLEMENTAR PROGRAMAS SOCIAIS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL, TENDO INOCORRIDO, NA HIPÓTESE, QUALQUER ILEGALIDADE OU AFRONTA À LEGISLAÇÃO ELEITORAL, COMO PRETENDIDO PELOS RECORRENTES.

- CONFIGURADA A CORREÇÃO DO *DECISUM* IMPUGNADO, EIS QUE NÃO EVIDENCIA A PRÁTICA DA CONDUTA COIBIDA, CAPAZ DE ENSEJAR A CASSAÇÃO DO REGISTRO E DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DOS RECORRIDOS, NA MEDIDA EM QUE OS PROCEDIMENTOS IMPUTADOS AOS MESMOS COMO VIOLADORES DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL, NA VERDADE, RETRATAM PROVIDÊNCIAS QUE NÃO LHES CABIA, POR NÃO SER NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS POLÍTICO PARTIDÁRIOS, COMO OCORREU NA HIPÓTESE EM EXAME.

- DESPROVIDO O RECURSO.

ALEGADA UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA. INDEFERIMENTO DE PEDIDOS PARA A REALIZAÇÃO DE *SHOWMÍCIOS*.

O GOVERNO MUNICIPAL NÃO ESTÁ IMPEDIDO DE REALIZAR E DIVULGAR OBRAS PÚBLICAS, NEM DE IMPLEMENTAR PROGRAMAS SOCIAIS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL. INOCORRIDA, NA HIPÓTESE, QUALQUER ILEGALIDADE OU AFRONTA À LEGISLAÇÃO ELEITORAL. DESNECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS. NÃO EVIDENCIADA A PRÁTICA DA CONDUTA COIBIDA CAPAZ DE ENSEJAR A CASSAÇÃO DO REGISTRO E A DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.052 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ARTIGO 22, DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 86 - CLASSE 31, EM 07/03/2005.

RELATOR: DES. FEDERAL PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/03/2005, PÁGINA 01.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADO ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO, MEDIANTE A PRÁTICA DE "BOCA DE URNA". INDEFERIDA A INICIAL POR AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS, A ENSEJAR O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- RECURSO INTERPOSTO NOS AUTOS DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PROPOSTA PELA COLIGAÇÃO CRESCER SEMPRE COM DEUS E O POVO EM FACE DA COLIGAÇÃO A HORA DA MUDANÇA E DE LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 82ª ZONA ELEITORAL, QUE INDEFERIU O PEDIDO INICIAL, AO RECONHECER QUE NÃO TERIAM SIDO APRESENTADOS INDÍCIOS MÍNIMOS CAPAZES DE COMPROVAR A VERACIDADE DAS IRREGULARIDADES APONTADAS PELA COLIGAÇÃO-RECORRENTE.

- CONFIGURADA A CORREÇÃO DO *DECISUM* IMPUGNADO, EIS QUE NÃO EVIDENCIADA A PRÁTICA DA CONDUTA APONTADA NA EXORDIAL, UMA VEZ AUSENTES OS ELEMENTOS DE PROVA MÍNIMOS, A ENSEJAR O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PROPOSTA PELA COLIGAÇÃO, ORA RECORRENTE.

- DESPROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.090 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC 64/90 Nº 95 - CLASSE 3, EM 21/03/2005.

RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 05/04/2005, PÁGINA 02 E 07/04/2005, PÁGINA 03.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

LEGITIMIDADE *AD CAUSAM* DO ASSISTENTE. AFASTAMENTO DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE. O SUPOSTO ATO DE INAUGURAÇÃO DE OBRA PÚBLICA NÃO RESTOU COMPROVADO NOS AUTOS. O ART. 77 DA LEI Nº 9504/97 NÃO DEVE SER INTERPRETADO NO SENTIDO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO, EM COMÍCIOS, DO CANDIDATO À REELEIÇÃO. OCORRÊNCIA, NA HIPÓTESE, DE MERO ATO DE CAMPANHA ELEITORAL.

LEGITIMIDADES *AD CAUSAM* DO ASSISTENTE. AFASTAMENTO DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE. O SUPOSTO ATO DE INAUGURAÇÃO DE OBRA PÚBLICA NÃO RESTOU COMPROVADO NOS AUTOS. O ART. 77 DA LEI Nº 9504/97 NÃO DEVE SER INTERPRETADO NO SENTIDO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO, EM COMÍCIOS, DO CANDIDATO À REELEIÇÃO. OCORRÊNCIA, NA HIPÓTESE, DE MERO ATO DE CAMPANHA ELEITORAL.

REJEITADA A PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. DECISÃO: ANTES DA PROLAÇÃO DO VOTO-VISTA DO DES. MARLAN MARINHO, O TRIBUNAL RECEBEU DECISÃO DO T.S.E. DEFERINDO O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA FORMULADA PELO RECORRENTE UILTON AFONSO VIANA. EM FACE DA OCORRÊNCIA, O TRIBUNAL NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 50 DO C.P.C., HOUVE POR BEM RETOMAR O

JULGAMENTO ABRINDO OPORTUNIDADE DE SUSTENTAÇÃO ORAL TANTO AO ASSISTENTE COMO AOS DEMAIS INTERESSADOS. EM PROSSEGUIMENTO, O RESULTADO DO JULGAMENTO FOI O SEGUINTE: POR MAIORIA. VENCIDOS A JUÍZA JACQUELINE MONTENEGRO, O JUIZ ANTÔNIO JAYME BOENTE E O DES. MARLAN MARINHO E, NO MÉRITO, TAMBÉM, POR MAIORIA, VENCIDO O DES. FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO.

ACÓRDÃO Nº 28.166 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO LC/64/90, ART. 22 Nº 98 - CLASSE 31, EM 25/04/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO:- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/05/2005, PÁGINA 04.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. IMPROCEDÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO.

- RECUSO INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PROPOSTA EM FACE DE AUDIR SANTANA BAPTISTA, QUE VISAVA A DECRETAÇÃO DA CASSAÇÃO DE SEU REGISTRO E A DECLARAÇÃO DE SUA INELEGIBILIDADE, PELA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO.

-CONFIGURADA A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL, NA MEDIDA EM QUE RESTOU EVIDENCIADO NOS AUTOS QUE O RECORRIDO, NA QUALIDADE DE MÉDICO, ATUOU DE FORMA ANTIÉTICA, AO FAZER CONSIGNAR NA PARTE INFERIOR DE RECEITUÁRIO DE PAPEL, INSCRIÇÃO SOBRE SUA CANDIDATURA AO CARGO DE VEREADOR.

-RECONHECIDA A PRÁTICA DO ABUSO DE PODER ECONÔMICO, EIS QUE A CONDUTA DO CANDIDATO CONFIGUROU A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE VOTOS, A ENSEJAR A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL.

-PROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.184 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC/64/90 Nº 94 - CLASSE 31, EM 02/05/2005.

RELATOR DESIGNADO: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 16/05/2005, PÁGINA 02

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

REJEITADO O PEDIDO DE SUSPENSÃO POR PREJUDICIALIDADE EXTERNA. NÃO VISLUMBRADA A OCORRÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. A IRREGULARIDADE APONTADA NA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS NÃO CONDUZ, POR SI SÓ, AO ABUSO DE PODER ECONÔMICO. AUSENTE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO À SUPOSTA PRÁTICA DE CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.

**ACÓRDÃO Nº 28.210 - RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO Nº 34 -
CLASSE: 12, EM-09/05/2005.**

RELATOR: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 23/05/2005, PÁGINA 04.**

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

A REALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS SOMENTE É PERMITIDA, NOS TRÊS MESES QUE ANTECEDEM O PLEITO, PARA EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO EM ANDAMENTO. OCORRIDA A VIOLAÇÃO AO ART. 73,VI, "A", DA LEI Nº 9.504/97. AFETADA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADE ENTRE OS CANDIDATOS.

INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL POR VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL QUE PROÍBE O INÍCIO DE OBRAS NO PERÍODO DE TRÊS MESES ANTERIORES AO PLEITO. ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA CONSTRUÇÃO DE 90 (NOVENTA) CASAS POPULARES. CASSADOS OS REGISTROS DE CANDIDATURA DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO. CONDENAÇÃO DO PREFEITO AO PAGAMENTO DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 73, § 4º, DA LEI 9.504/97. RECURSO.

A REALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS SOMENTE É PERMITIDA, NOS TRÊS MESES QUE ANTECEDEM O PLEITO, PARA EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO EM ANDAMENTO. OCORRIDA A VIOLAÇÃO AO ART. 73, VI, "A", DA LEI Nº 9.504/97. AFETADA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADE ENTRE OS CANDIDATOS.

NEGADO PROVIMENTO. POR MAIORIA.

**ACÓRDÃO Nº 28.216 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC
64/90 Nº 117 - CLASSE 31, EM 09/05/2005.**

REDATOR DESIGNADO: JUIZ IVAN NUNES FERREIRA.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 19/05/2005, PÁGINA 02.**

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

RECURSO. REPRESENTAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ARTIGO 22 DA LEI 64/90. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DO REPRESENTADO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. ABUSO DE PODER. PRESUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO PARA AFASTAR A DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE IMPOSTA PELO JUÍZO *A QUO*.

AGENDAMENTO, PELO PREFEITO, DA INAUGURAÇÃO DE OBRA PÚBLICA MUNICIPAL PARA O MESMO DIA E EM LOCAL PRÓXIMO ÀQUELE ONDE FOI PROMOVIDO COMÍCIO DE CAMPANHA ELEITORAL. ARTIGO 22 DA LEI

COMPLEMENTAR 64/90. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECLARADA A INELEGIBILIDADE PELO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS.

O RECONHECIMENTO DE ABUSO DE PODER POLÍTICO NÃO PODE DERIVAR DE INTUIÇÃO, MAS DEVE SER DEMONSTRADO POR PROVA FORTE E SEGURA. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO DE ABUSO DE PODER.

DADO PROVIMENTO PARA AFASTAR A DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.218 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART.22, LC 64/90 Nº 119 – CLASSE 31, EM 09/05/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/05/2005, PÁGINA 01.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

FASTADAS AS PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E DE NULIDADE DA SENTENÇA. ABUSO DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO DEMONSTRADO. AS CONDUTAS NARRADAS NOS AUTOS POSSUEM POTENCIALIDADE DE DESEQUILIBRAR O PLEITO. LEGÍTIMO O APROVEITAMENTO DE PROVAS "EMPRESTADAS" UMA VEZ QUE FORAM SUBMETIDAS AO CONTRADITÓRIO. PENA DE INELEGIBILIDADE MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

CONDENAÇÃO EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. DECLARADA A INELEGIBILIDADE PELA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO POR CANDIDATO AO CARGO DE VEREADOR. APREENSÃO DE DOCUMENTOS. PROVA TESTEMUNHAL QUE CONFIRMA A DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E OUTROS PROCEDIMENTOS EM TROCA DE VOTOS.

AFASTADAS AS PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E DE NULIDADE DA SENTENÇA. ABUSO DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO DEMONSTRADO. A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL JULGADA PROCEDENTE APÓS AS ELEIÇÕES SUBSISTE. DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE POR TRÊS ANOS. LEGÍTIMO O APROVEITAMENTO DE PROVAS EMPRESTADAS UMA VEZ QUE FORAM SUBMETIDAS AO CONTRADITÓRIO. PENA DE INELEGIBILIDADE MANTIDA. NEGADO PROVIMENTO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.267 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 22 DA LC 64/90 Nº 123 - CLASSE 31, EM 23/05/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/06/2005, PÁGINA 02.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

INAUGURAÇÃO DE FARMÁCIA POPULAR E OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. AS CONDUTAS PRATICADAS EVIDENCIARAM A DEMONSTRAÇÃO DE POTENCIALIDADE DESTINADA A CAUSAR DESEQUILÍBRIO ENTRE OS CANDIDATOS AO PLEITO. DECLARADA A INELIGIBILIDADE DOS RECORRIDOS. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

ACÓRDÃO Nº 28.294 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC/64/90 Nº93 - CLASSE 31, EM 30/05/2005.

RELATOR: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 07/06/2005, PÁGINA 02.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PROCEDÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO.

-RECURSO INTERPOSTO POR CLEBER PAIVA GUIMARÃES, CANDIDATO A PREFEITO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ, NO PLEITO DE 2004, NOS AUTOS DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL QUE LHE AJUIZOU O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE, JULGANDO PROCEDENTE O PEDIDO, DETERMINOU A CASSAÇÃO DO REGISTRO E DECLAROU A INELEGIBILIDADE DO RECORRENTE, PELO PRAZO DE TRÊS ANOS, UMA VEZ RECONHECIDA A PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22, XIV DA LEI COMPLEMENTAR 64/90, EM VIRTUDE DA UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ.

-REJEITADA A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE ARGÜIDA PELO RECORRIDO, DIANTE DA AUSÊNCIA DE CERTIDÃO QUANTO À DATA DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.

-NO MÉRITO, RECONHECEU-SE QUE A CASSAÇÃO DO REGISTRO E DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DO CANDIDATO CONFIGURAM ÔNUS EXCESSIVO SOBRE O RECORRENTE, QUE, INCLUSIVE, ALCANÇOU APENAS A TERCEIRA COLOCAÇÃO PARA O CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ, OBTENDO QUATRO VEZES MENOS VOTOS DO QUE O CANDIDATO ELEITO.

-PROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.343 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC/64/90 Nº 122 - CLASSE 31, EM 23/06/2005.

RELATOR: DES. PAULO CEZAR ESPIRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/06/2005, PÁGINA 02.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

-RECURSO INTERPOSTO POR GELSON APICELLO, CANDIDATO A PREFEITO NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA PROFERIDA PELO MM. JUIZ DA 184ª ZONA ELEITORAL, QUE, NOS AUTOS DA REPRESENTAÇÃO AJUIZADA CONTRA CARLOS AUGUSTO CARVALHO BALTHAZAR, CANDIDATO A PREFEITO, RONALDO BARCELLOS FROES, CANDIDATO A VICE-PREFEITO; SANTA BÁRBARA ENGENHARIA S.A.; COCA COLA INDÚSTRIAS LTDA. E O DEBATE DE RIO DAS OSTRAS - EJORAN EDITORA DE JORNAIS, REVISTAS E AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO, QUE OBJETIVAVA O RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ABUSO DE PODER ECONÔMICO NO USO DA LOGO MARCA "COCA COLA" PELOS REPRESENTADOS, OCASIONANDO O DESEQUILÍBRIO NA DISPUTA ELEITORAL.

-RECONHECIDA A CORREÇÃO DO *DECISUM* IMPUGNADO, POSTO QUE OS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL NÃO SE AFIGURARAM SUFICIENTES A ENSEJAR O ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO AUTURAL, NA MEDIDA EM QUE NÃO COMPROMETERAM A LEGITIMIDADE DO PLEITO, CONFORME RESTOU DEMONSTRADO, NOS AUTOS, APÓS A INSTRUÇÃO DO FEITO.

-DESPROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO 28.352 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 LEI COMPLEMENTAR 64/90 N° 105 -CLASSE 31, EM 27/06/2005.

RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/07/2005, PÁGINA 02.

• ABUSO DE PODER

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CONFECÇÃO DE CAMISAS PARA A CAMPANHA ELEITORAL DOS RECORRIDOS. IMPROCEDÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

-RECURSO INTERPOSTO PELA COLIGAÇÃO POR AMOR A SAQUAREMA, NOS AUTOS DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PROPOSTA EM FACE DE ANTÔNIO PERES ALVES, FRANCIANE CONCEIÇÃO GAGO MOTA E ANSELMO AMORIM DOS SANTOS, CANDIDATOS A PREFEITO E VICE-PREFEITO ELEITOS NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA E O TERCEIRO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO E PRESIDENTE DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PMDB, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 62ª ZONA ELEITORAL, QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO, AO RECONHECER QUE OS FATOS NARRADOS NÃO TERIAM OCORRIDO DURANTE O PERÍODO DA CAMPANHA ELEITORAL, MAS NA PREPARAÇÃO DE EVENTO COMEMORATIVO DA FILIAÇÃO DOS DOIS PRIMEIROS RECORRIDOS AO PMDB, QUE, COMO AFIRMADO PELO PRÓPRIO RECORRENTE, REALIZOU-SE EM MARÇO DE 2003.

-RECONHECIDA A CORREÇÃO DO *DECISUM* IMPUGNADO, POSTO QUE OS FATOS NARRADOS OCORRERAM BEM ANTES DE SE INICIAR O PERÍODO ELEITORAL, ALÉM DE NÃO SE HAVER CONFIGURADO, NA HIPÓTESE, A PRÁTICA DO DESVIO DE FINALIDADE AVENTADO PELA RECORRENTE, NA MEDIDA EM QUE AFIRMADO PELA PRÓPRIA, QUE NÃO

TERIAM SIDO PAGAS AS CAMISAS, SUPOSTAMENTE CONFECCIONADAS PARA A CAMPANHA ELEITORAL DOS SEGUNDO E TERCEIRO RECORRIDOS.
-DESPROVIDO O RECURSO.

INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PARA VERIFICAR A ILICITUDE NA CONFEÇÃO DE CAMISAS PARA A CAMPANHA ELEITORAL. FATOS ANTERIORES AO PERÍODO ELEITORAL IMPOSSIBILIDADE DE REPERCUTIR EM PLEITO FUTURO E LEGITIMAR A INSTAURAÇÃO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL, MAS APENAS REGULAR INVESTIGAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGADA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO PREVISTO NO ART. 25 DA LC 64/90. DETERMINADA A EXTRAÇÃO DE CÓPIAS E REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.
NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.358 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC/64/90 Nº 103 - CLASSE 31, EM 27/06/2005.
RELATOR: DES. FEDERAL PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/07/2005, PÁGINA 01.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO DO ART. 22 DA LC 64/90. ESTACIONAMENTO DE BICICLETA NO PÁTIO DA CÂMARA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.432 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 92 - CLASSE 31, EM 08/08/2005.
RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/08/2005, PÁGINA 03.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

OS FATOS ALEGADOS REMONTAM À DATA ANTERIOR DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

FATOS ALEGADOS REMONTAM À DATA ANTERIOR AOS REGISTROS DE CANDIDATURA.
AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.435 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 33 - CLASSE 12, EM 08/08/2005.
RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 11/08/2005, PÁGINA 02.

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO SINGULAR. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DO APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. AFASTADA A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RECORRIDO PARA OFERECER AS CONTRA-RAZÕES. A LIMINAR CONCEDIDA PARA RETIRAR O ANÚNCIO QUESTIONADO AFASTOU A POTENCIALIDADE LESIVA. ILEGITIMIDADE DO PRIMEIRO RECORRIDO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.437 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 77- CLASSE 31, EM 08/08/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/08/2005, PÁGINA 02

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ARTIGO 262, INCISO IV, DO CÓDIGO ELEITORAL. INTEMPESTIVIDADE. INEXISTÊNCIA. TERMO A QUO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 240 DO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. GARANTIA DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. ARTIGO 73, INCISO VI, DA LEI 9504/97. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA. RECURSO PROVIDO.

JUÍZO MONOCRÁTICO IMPEDIU A DIPLOMAÇÃO, COM ESTEIO NO ARTIGO 73, § 5º, DA LEI 9.504/97, POR TER RECONHECIDO A EXISTÊNCIA DE OBRAS INICIADAS DENTRO DOS TRÊS MESES ANTERIORES AO PLEITO ELEITORAL.

PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. TERMO A QUO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 240 DO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. CONJUNTO PROBATÓRIO ACOSTADO AOS AUTOS CONSISTE EM PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CÓPIAS EXTRAÍDAS DOS AUTOS DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CONSTRUÇÃO DE CEM CASAS E PAVIMENTAÇÃO DE 47 VIAS PÚBLICAS, ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES. POSSIBILIDADE DE DESEQUILÍBRIO DO PLEITO. ARTIGO 262, INCISO IV, C/C OS ARTIGOS 222 E 237 DO CÓDIGO ELEITORAL. CARACTERIZADO O ABUSO DE PODER ECONÔMICO. REJEITADA A PRELIMINAR, UNÂNIME. DADO PROVIMENTO. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.508 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAÇÃO Nº 23 - CLASSE 12, EM 15/09/2005.

RELATOR: DES.ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/09/2005, PÁGINA 02.

NO MESMO SENTIDO:

ACÓRDÃO Nº 28.509 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAÇÃO Nº 25 - CLASSE 12, EM 15/09/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ARTIGO 262, INCISO IV, DO CÓDIGO ELEITORAL. INTEMPESTIVIDADE. INEXISTÊNCIA. TERMO A QUO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 240 DO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. GARANTIA DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. ARTIGO 73, INCISO VI, DA LEI 9504/97. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.509 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAÇÃO Nº 25 - CLASSE 12, EM 15/09/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/09/2005, PÁGINA 02.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

INEXISTÊNCIA DE PROVA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO NÃO EVIDENCIADA. ADMITIDA A JUNTADA DE PROVAS APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. APLICÁVEL À ESPÉCIE O ART. 397 DO C.P.C. E ART. 23 DA LC 64/90. DEMONSTRADA CONTRADIÇÃO NOS DIVERSOS DEPOIMENTOS COLHIDOS. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

CANDIDATOS ELEITOS NO PLEITO MAJORITÁRIO DE 2004. JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO COM BASE NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. OFERTA DE DINHEIRO E EMPREGO EM TROCA DE VOTOS. DETERMINADA A CASSAÇÃO DOS MANDATOS E DECLARADA A INELEGIBILIDADE DE AMBOS POR TRÊS ANOS, ASSUMINDO A CHEFIA DO GOVERNO MUNICIPAL O 2º COLOCADO.

INEXISTÊNCIA DE PROVA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO NÃO EVIDENCIADA. ADMITIDA A JUNTADA DE PROVAS APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. APLICÁVEL À ESPÉCIE O ART. 397 DO C.P.C. E ART. 23 DA LC 64/90. DEMONSTRADA CONTRADIÇÃO NOS DIVERSOS DEPOIMENTOS COLHIDOS. RESTITUIÇÃO DOS MANDATOS E REMESSA DE CÓPIAS DE TODO O PROCESSADO AO ÓRGÃO DO *PARQUET* COM ATRIBUIÇÕES JUNTO AO JUÍZO *A QUO*. DADO PROVIMENTO. UNÂNIME.

ACORDÃO Nº 28.540 - RECURSO EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO Nº 41 - CLASSE 11, EM 26/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/10/2005, PÁGINA 02.

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

RECURSOS. REPRESENTAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. APLICAÇÃO DA CASSAÇÃO DE REGISTRO APÓS A ELEIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ARTIGO 22, INCISO XV, DA LEI COMPLEMENTAR 64/90. UTILIZAÇÃO DE EXPRESSÃO ADOTADA PELA PROPAGANDA INSTITUCIONAL NA CAMPANHA DO PREFEITO CANDIDATO À REELEIÇÃO. ABUSO DE PODER. CARACTERIZAÇÃO. CRIME. ARTIGO 40 DA LEI 9.504/97. PROVA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 23 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90. RECURSOS DESPROVIDOS PARA CONFIRMAR A SENTENÇA RECORRIDA.

ACORDÃO Nº 28.598 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22, LC/64/90 Nº 133 - CLASSE 31, EM 20/10/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/10/2005, PÁGINA 05.

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DOS PROCESSOS. NULIDADE DA SENTENÇA. REJEITADA. DESNECESSIDADE DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS INVESTIGADOS. PRECLUSA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA. VENCIDO O RELATOR QUE SUPERAVA ESTAS PRELIMINARES, COM BASE AO ART. 249, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POSTO QUE NÃO É PARTE NO FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE OU ABUSIVIDADE NA TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA DO PROGRAMA "BOM DIA GOVERNADORA". EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS "CHEQUE-CIDADÃO", "MORAR FELIZ POR R\$1,00" E "JOVENS PELA PAZ". OFERTA DE ALMOÇO A FISCAIS DO PMDB EM ESCOLA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE CAPAZ DE DESEQUILIBRAR O PLEITO. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS ELEITORAIS NA RESPOSTA VEICULADA NO JORNAL "O GLOBO". CORRETA A MEDIDA QUE DECRETOU A EXONERAÇÃO DO ENTÃO SECRETÁRIO DE ESTADO, ORA INVESTIGADO. DESCARACTERIZADA A IMPOSIÇÃO DE MULTA, LASTREADA NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 EM RELAÇÃO ÀQUELES REPRESENTADOS QUE NÃO FORAM CANDIDATOS. ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO EVIDENCIADO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO RECHAÇADA.

PRELIMINARES: - CERCEAMENTO DE DEFESA, EM FACE DA REDUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. DESCARACTERIZAÇÃO. O PRAZO DE 24 HORAS DA DEFESA FOI ATENDIDO PELAS PARTES. - CONEXÃO DOS PROCESSOS,

ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA E FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS INVESTIGADOS. REJEITADAS. - ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA. PRECLUSÃO. - RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. NÃO CONHECIDO. PARTE ILEGÍTIMA. - ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. MATÉRIA ELEITORAL.

QUANTO AO MÉRITO, TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA DO PROGRAMA "BOM DIA GOVERNADORA", EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS "CHEQUE-CIDADÃO", "MORAR FELIZ POR R\$ 1,00", "JOVENS PELA PAZ" E OFERTA DE ALMOÇO A FISCAIS DO PMDB EM ESCOLA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE OU ABUSIVIDADE NA TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA, NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E NA OFERTA DE ALMOÇO A FISCAIS DA AGREMIAÇÃO PARTIDÁRIA. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS ELEITORAIS NA RESPOSTA VEICULADA NO JORNAL "O GLOBO". AUSÊNCIA DE PROVAS DA INTERFERÊNCIA DO REPRESENTADO ANTHONY GAROTINHO NAS QUESTÕES AVENTADAS, QUE, À ÉPOCA, NÃO MAIS INTEGRAVA A ADMINISTRAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA, LASTREADA NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97. ABUSO DE PODER ECONÔMICO, DESCARACTERIZADO EM RELAÇÃO ÀQUELES REPRESENTADOS QUE NÃO FORAM CANDIDATOS. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO NÃO EVIDENCIADA.

REJEITADAS AS PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA, DE NULIDADES DA SENTENÇA, DE AUSÊNCIA DA CONEXÃO DOS PROCESSOS, DE FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS E DE INCLUSÃO DE PROVA EMPRESTADA, POR MAIORIA.

NÃO SE CONHECEU DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. UNÂNIME.

REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. UNÂNIME.

NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DA COLIGAÇÃO "A FORÇA DO CORAÇÃO" E DADO PROVIMENTO AO RECURSO DE LUIS CLÁUDIO FREITAS DO NASCIMENTO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. UNÂNIME.

DADO PROVIMENTO AOS RECURSOS DE ANTHONY WILLIAM GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA PARA JULGAR IMPROCEDENTES AS REPRESENTAÇÕES CONTRA ELE FORMULADAS, POR MAIORIA.

DADO PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS DE ROSÂNGELA ROSINHA GAROTINHO BARROS ASSED MATHEUS DE OLIVEIRA PARA EXCLUIR DE SUA CONDENAÇÃO A PENA DE INELEGIBILIDADE, POR MAIORIA.

DADO PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS DOS REPRESENTADOS NÃO CANDIDATOS PARA EXCLUIR AS PENAS DE MULTA QUE LHE FORAM IMPOSTAS, POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.617 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 18 - CLASSE 15, EM 10/11/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/11/2005, PÁGINA 01.

• **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DOS PROCESSOS. NULIDADE DA SENTENÇA. REJEITADA. DESNECESSIDADE DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS INVESTIGADOS. PRECLUSA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA. VENCIDO O RELATOR QUE SUPERAVA ESTAS PRELIMINARES, COM BASE AO ART. 249, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POSTO QUE NÃO É PARTE NO FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE OU ABUSIVIDADE NA TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA DO PROGRAMA "BOM DIA GOVERNADORA". EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS "CHEQUE-CIDADÃO", "MORAR FELIZ POR R\$1,00" E "JOVENS PELA PAZ". OFERTA DE ALMOÇO A FISCAIS DO PMDB EM ESCOLA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE CAPAZ DE DESEQUILIBRAR O PLEITO. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS ELEITORAIS NA RESPOSTA VEICULADA NO JORNAL "O GLOBO". CORRETA A MEDIDA QUE DECRETOU A EXONERAÇÃO DO ENTÃO SECRETÁRIO DE ESTADO, ORA INVESTIGADO. DESCARACTERIZADA A IMPOSIÇÃO DE MULTA, LASTREADA NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 EM RELAÇÃO ÀQUELES REPRESENTADOS QUE NÃO FORAM CANDIDATOS. ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO EVIDENCIADO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO RECHAÇADA.

DECISÃO: POR MAIORIA, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA EM FACE DE REDUÇÃO DO PRAZO RECURSAL, VENCIDOS A DES. FEDERAL VERA LUCIA LIMA DA SILVA QUE A ACOLHIA E O RELATOR QUE A SUPERAVA COM BASE NO ART. 249, § 2º, DO C.P.C.; TAMBÉM, POR MAIORIA, REJEITARAM AS PRELIMINARES DE NULIDADES DA SENTENÇA, DE AUSÊNCIA DA CONEXÃO DOS PROCESSOS, DE FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS E DE INCLUSÃO DE PROVA EMPRESTADA, VENCIDO O RELATOR QUE AS SUPERAVA COM BASE NO ART. 249, § 2º, DO C.P.C. E AINDA, POR UNANIMIDADE, PRELIMINARMENTE, NÃO SE CONHECEU DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL E, NO MÉRITO, POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DA COLIGAÇÃO "A FORÇA DO CORAÇÃO" E DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE LUIS CLÁUDIO FREITAS DO NASCIMENTO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. POR MAIORIA, DEU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS DE ANTHONY WILLIAM GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA PARA JULGAR IMPROCEDENTES AS REPRESENTAÇÕES CONTRA ELE FORMULADAS, VENCIDOS OS JUÍZES IVAN NUNES FERREIRA, JACQUELINE MONTENEGRO E O DES. ROBERTO WIDER. POR MAIORIA, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS DE ROSÂNGELA ROSINHA GAROTINHO BARROS ASSED MATHEUS DE OLIVEIRA PARA EXCLUIR DE SUA CONDENAÇÃO A PENA DE INELEGIBILIDADE, VENCIDOS OS JUÍZES IVAN NUNES FERREIRA, JACQUELINE MONTENEGRO E O DES. ROBERTO WIDER. POR MAIORIA, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS DOS REPRESENTADOS NÃO CANDIDATOS PARA EXCLUIR AS PENAS DE MULTA QUE LHEIS FORAM IMPOSTAS PELA PRÁTICA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, MANTIDA NO MAIS A SENTENÇA. FICOU VENCIDO PARCIALMENTE O JUIZ MARCIO PACHECO DE MELLO, QUE JULGAVA IMPROCEDENTE TODAS AS REPRESENTAÇÕES.

ACÓRDÃO Nº 28.619 -REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 21 - CLASSE 15, EM 10/11/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/11/2005, PÁGINA 01.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

ALEGADA FALTA FORMAL DO AUTO DE APREENSÃO. SUPOSTA OBTENÇÃO DE PROVA POR MEIOS ILÍCITOS. PRELIMINARES DE NULIDADE REJEITADAS. AFASTADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 41-A DA LEI Nº 9504/97. A CASSAÇÃO DO REGISTRO OU DO DIPLOMA NÃO CONFIGURA NOVA HIPÓTESE DE INELEGIBILIDADE. PROPAGANDA ELEITORAL REALIZADA CONCOMITANTEMENTE COM A DISTRIBUIÇÃO DE CHEQUES-CIDADÃO NAS DEPENDÊNCIAS DE TEMPLO RELIGIOSO. CONFIGURADO O ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO, ASSIM COMO A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

OBTENÇÃO DE PROVA POR MEIOS ILÍCITOS. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 41-A DA LEI Nº 9504/97. ALEGADA FALTA FORMAL DO AUTO DE APREENSÃO. PROPAGANDA ELEITORAL REALIZADA CONCOMITANTEMENTE COM A DISTRIBUIÇÃO DE CHEQUES-CIDADÃO NAS DEPENDÊNCIAS DE TEMPLO RELIGIOSO. CONFIGURADO O ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO, ASSIM COMO A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. REJEITADAS AS PRELIMINARES, POR UNANIMIDADE. NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO, POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.653 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 96 - CLASSE 31, EM 01/12/2005.

REDATOR DESIGNADO: JUIZ IVAN LUIZ NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/12/2005, PÁGINA 02.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

DEMONSTRADO O INTERESSE JURÍDICO DO TERCEIRO PREJUDICADO EM FIGURA NO PÓLO ATIVO. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA, PORQUANTO AUSENTE PREJUÍZO À PARTE DADA A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO. AUSÊNCIA DE QUALQUER NULIDADE TOCANTE À DILAÇÃO PROBATÓRIA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO NÃO COMPROVADO. PROVA CABAL ACERCA DE UM SUPOSTO USO INDEVIDO DO PROGRAMA "BOLSA FAMÍLIA". INEXISTENTE.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE AS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. POR MAIORIA, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. VENCIDA A DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA QUE A ACOLOHIA E, NO MÉRITO, POR MAIORIA, DEU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS DE PEDRO JORGE CHERENE E CLAUDIO LUIZ HENRIQUES E NEGOU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS DE LEONARDO TERRA DE ALMEIDA, FÁTIMA ORNELAS E DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO.

ACÓRDÃO Nº 28.663 - RECURSO EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO Nº 43 – CLASSE 11, EM 01/12/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/12/2005, PÁGINA 07.

- **ABUSO DE PODER**

EMENTA:

RECURSO EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. IMPROCEDÊNCIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE. CONDUTA QUE NÃO TEVE O CONDÃO DE AFETAR A LEGITIMIDADE DO PLEITO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

DETERMINADA A PUBLICAÇÃO EM CARTÓRIO DA DECISÃO QUE INDEFERIU A PROVA ORAL REQUERIDA AFASTADA A NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE QUANDO A INOBSERVÂNCIA DE DETERMINADA FORMA PRESCRITA EM LEI NÃO TIVER GERADO QUALQUER PREJUÍZO PARA A PARTE.

VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PESSOAL DE DEPUTADO ESTADUAL COM O INTUITO DE BENEFICIAR O CANDIDATO A PREFEITO. A JURISPRUDÊNCIA CONSIDERA INDISPENSÁVEL PARA DECLARAÇÃO DA INELEGIBILIDADE REQUERIDA NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL QUE A CONDUTA ABUSIVA TENHA POTENCIALIDADE PARA DESEQUILIBRAR E MACULAR O PROCESSO ELEITORAL. CONDUTA QUE NÃO AFETOU A LEGITIMIDADE DO PLEITO ELEITORAL. DESPROVIDO O RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.685 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 22 DA LC 64/90 Nº 136 – CLASSE 31, EM 19/12/05.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/01/2006, PÁGINA 02.

- **CONDUTA VEDADA**

EMENTA:

A ÚNICA PROVA COLACIONADA AOS AUTOS CONSTATOU QUE O RECORRENTE SOMENTE ESTEVE NO LOCAL APÓS O TÉRMINO DO EVENTO. DESCARACTERIZADA A CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 77 DA LEI 9.504/97.

CONDUTA TIPIFICADA NO ARTIGO 77 DA LEI Nº 9.504/97 C/C OS ARTIGOS 1º E SEGUINTE DA RESOLUÇÃO Nº 21.575 DO TSE. PROIBIÇÃO AOS CANDIDATOS A CARGO DO PODER EXECUTIVO DE PARTICIPAR, NOS TRÊS MESES QUE ANTECEDEM O PLEITO, DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS.

A ÚNICA PROVA COLACIONADA AOS AUTOS CONSTATOU QUE O RECORRENTE SOMENTE ESTEVE NO LOCAL APÓS O TÉRMINO DO EVENTO. DESCARACTERIZADA A CONDUTA TIPIFICADA.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.077 – RECURSO ELEITORAL Nº 4062 - CLASSE 13, EM 17/03/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/03/2005, PÁGINA 02.

• **CONDUTA VEDADA**

EMENTA:

RECURSO. REPRESENTAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ARTIGO 73, INCISO VI, ALÍNEA "A" DA LEI Nº 9.504/97. SENTENÇA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO SOB ENFOQUE. INDEMONSTRAÇÃO. CONDUTA QUE SE AMOLDA À RESSALVA DA PARTE FINAL. DO REFERIDO COMANDO LEGAL. RECURSO PROVIDO PARA AFASTAR AS SANÇÕES IMPOSTAS PELO JUÍZO A *QUO*.

VERBA DE CONVÊNIO CELEBRADO COM O GOVERNO DO ESTADO, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE OBRAS EM HOSPITAL USADA PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS ATRASADOS DOS FUNCIONÁRIOS DA REFERIDA UNIDADE HOSPITALAR.

OBRIGAÇÃO PREEXISTENTE DECORRENTE DE SERVIÇO ESSENCIAL E EMERGENCIAL. NÃO SE TRATA DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA, MAS COMPULSÓRIA. PRESENTES OS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A RESSALVA FINAL PREVISTA NA ALÍNEA "A", DO INCISO VI, DO ART. 73 DA LEI 9.504/97: FAZER FRENTE ÀS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.215 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC 64/90 Nº 116 - CLASSE 31, EM 09/05/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/05/2005, PÁGINA 01.

• **CONDUTA VEDADA**

EMENTA:

REJEITADA A PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. FATO OCORRIDO EM PERÍODO ELEITORAL. UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA. USO DE MATERIAL CUSTEADO PELO ESTADO. CONDUTA VEDADA PELO ART. 73, INCISO II, DA LEI Nº 9504/97. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA. USO DE MATERIAL CUSTEADO PELO ESTADO, QUE CONFIGURARIA A INFRAÇÃO AO ART. 73, INCISO II, DA LEI Nº 9.504/97.

PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA NÃO DEVE SER ACATADA. NO MÉRITO, OS EXPEDIENTES EM PAPEL TIMBRADO, QUE INSTRUEM A INICIAL DATAM DE 18/06/02 E 05/07/02, DENTRO, PORTANTO, DO PERÍODO

ELEITORAL, QUE SE INICIA EM 10 DE JUNHO. REJEITADA A PRELIMINAR. JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. UNANIME.

ACÓRDÃO Nº 28.390 - REPRESENTAÇÃO Nº 95 - CLASSE 29, EM 11/07/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/07/2005, PÁGINA 01.

- **CONDUTA VEDADA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA. REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE. PROPAGANDA INSTITUCIONAL. FALTA DE EVIDÊNCIA ACERCA DE AUTOPROMOÇÃO DE PREFEITO CANDIDATO A REELEIÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

PROPAGANDA INSTITUCIONAL EM PLACAS E TAPUMES INDICATIVOS DE OBRAS. SÍMBOLO OFICIAL DO MUNICÍPIO. NÃO APLICADA MULTA SOB O FUNDAMENTO DE NÃO TER HAVIDO DOLO NA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR. MATERIAL PRONTAMENTE RECOLHIDO, QUANDO NOTIFICADO PELO JUÍZO DA PROPAGANDA.

ARTEFATOS PUBLICITÁRIOS POSSUINDO CARÁTER ESTRITAMENTE INFORMATIVO. REFERÊNCIA ÀS OBRAS E SERVIÇOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO DISPOSTO NA LEI Nº 9.504/97, ART. 73, INCISOS VI E VII. JURISPRUDÊNCIA ASSENTOU SER POSSÍVEL A VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA INSTITUCIONAL EM PERÍODO ANTERIOR AOS TRÊS MESES DO PLEITO, DESDE QUE NÃO TRAGA EXPRESSÕES IDENTIFICADORAS DE PRETENSOS CANDIDATOS. FALTA DE EVIDÊNCIA DE AUTOPROMOÇÃO DE PREFEITO, CANDIDATO A REELEIÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME

ACÓRDÃO Nº 28.463 - RECURSO ELEITORAL Nº 4076 - CLASSE 13, EM 25/08/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 31/08/2005, PÁGINA 01.

- **CONDUTA VEDADA**

EMENTA:

CONVÊNIO REALIZADO EM ÉPOCA ANTERIOR AO PERÍODO VEDADO PELO ART. 73, INCISO VI, DA LEI Nº 9.504/97. OS REPASSES QUESTIONADOS ENCONTRAM-SE NO CORPO DAS EXCEÇÕES PREVISTAS PELA ALÍNEA "A", INCISO VI, ART. 73, DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO DESPROVIDO.

CONVÊNIO FIRMADO EM DATA ANTERIOR AO PERÍODO VEDADO POR LEI. REPASSE DE VERBAS A MUNICÍPIO OCORRIDA DENTRO DOS 3 (TRÊS) MESES ANTERIORES AO PLEITO.

VERBA DESTINADA À EXECUÇÃO DE TRABALHO EM ANDAMENTO. NÃO CONFIGURADA QUALQUER ILEGALIDADE. OS REPASSES QUESTIONADOS ENCONTRAM-SE NO CORPO DAS EXCEÇÕES PREVISTAS PELA ALÍNEA "A", INCISO VI, ART. 73, DA LEI Nº 9.504/97.

NEGADO PROVIMENTO. UNÂNIME.

ACORDÃO Nº 28.600 – RECURSO ELEITORAL Nº 4131 - CLASSE 13, EM 24/10/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 28/10/2005, PÁGINA 01.

C

►CANDIDATO

• CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. REPRESENTAÇÃO. ALEGADA A INFRINGÊNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 41-A DA LEI 9504/97. IMPROCEDÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- RECURSO EM REPRESENTAÇÃO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 93ª ZONA ELEITORAL QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO EM FACE DE VALDECIR GROETARES PEGAS E MANOEL NONATO DE OLIVEIRA, OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DA CONDUTA TIPIFICADA NO ARTIGO 41

- A DA LEI 9504/97.- CONFIGURADA A CORREÇÃO DO DECISUM IMPUGNADO, NA MEDIDA EM QUE NÃO RESTOU EVIDENCIADA, DE FORMA INEQUÍVOCA, QUE OS RECORRIDOS TERIAM OBTIDO VANTAGEM, NA CAPTAÇÃO DE VOTO DOS ELEITORES, PARA O PLEITO MUNICIPAL, NÃO SENDO, PORTANTO, POSSÍVEL CONDENÁ-LOS, COMO PRETENDIDO PELO RECORRENTE.

- NÃO RECONHECIDA A PRÁTICA DA CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 41-A DA LEI 9504/97, NA MEDIDA EM QUE OS PRÓPRIOS FISCAIS ELEITORAIS INFORMARAM QUE NÃO TERIAM ENCONTRADO MATERIAL DE PROPAGANDA ELEITORAL NO RECINTO DO RESTAURANTE POPULAR, NEM PRESENCIADO QUALQUER ATO POR PARTE DOS RECORRIDOS QUE DENOTASSEM A ILEGAL CAPTAÇÃO DE VOTOS.

- DESPROVIDO O RECURSO.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 93ª ZONA ELEITORAL QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO EM FACE DE VALDECIR GROETARES PEGAS E MANOEL NONATO DE OLIVEIRA, OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DA CONDUTA TIPIFICADA NO ARTIGO 41.

- A DA LEI 9504/97.- CONFIGURADA A CORREÇÃO DO DECISUM IMPUGNADO, NA MEDIDA EM QUE NÃO RESTOU EVIDENCIADA, DE FORMA INEQUÍVOCA, QUE OS RECORRIDOS TERIAM OBTIDO VANTAGEM, NA CAPTAÇÃO DE VOTO DOS ELEITORES, PARA O PLEITO MUNICIPAL, NÃO SENDO, PORTANTO, POSSÍVEL CONDENÁ-LOS, COMO PRETENDIDO PELO RECORRENTE.

- NÃO RECONHECIDA A PRÁTICA DA CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 41-A DA LEI 9504/97, NA MEDIDA EM QUE OS PRÓPRIOS FISCAIS ELEITORAIS INFORMARAM QUE NÃO TERIAM ENCONTRADO MATERIAL DE PROPAGANDA ELEITORAL NO RECINTO DO RESTAURANTE POPULAR, NEM PRESENCIADO QUALQUER ATO POR PARTE DOS RECORRIDOS QUE DENOTASSEM A ILEGAL CAPTAÇÃO DE VOTOS. DESPROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO: Nº 28.045 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 12 – CLASSE 15, EM 07/03/2005.

RELATOR: DES. JUIZ PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 03.

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

CORRETA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL. NO MÉRITO, A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS SE DEU ANTES DO PRAZO VEDADO PELO ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, NÃO RESTOU EVIDENCIADO QUALQUER DESEQUILÍBRIO NA DISPUTA ELEITORAL.

CONTRATAÇÃO DE PESSOAS ANTES DO PRAZO VEDADO PELO ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97.

AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. NÃO RESTOU EVIDENCIADO QUALQUER DESEQUILÍBRIO NA DISPUTA ELEITORAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.134 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 13 – CLASSE 15, EM 11/04/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 02/05/2005, PÁGINA 02.

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO COM FINS DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 64/90. RECURSO. AUSÊNCIA

DE POTENCIALIDADE LESIVA QUE VENHA A QUEBRAR A ISONOMIA DO PLEITO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.219 - REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº3 - CLASSE 15, EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/05/2005, PÁGINA 04.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

AS PROVAS TESTEMUNHAIS PRODUZIDAS NA FASE DO INQUÉRITO POLICIAL PUDERAM SER CONTRADITADAS EM MOMENTO OPORTUNO DURANTE O CURSO DO PROCESSO. QUANTO À PROVA PERICIAL, AS CÓPIAS DE VÍDEO APRESENTADAS DEVEM ADMITIR A POSSIBILIDADE DE SEREM VALORADAS COMO ELEMENTOS DE PROVA. PRESENÇA DE FATOS PÚBLICOS E NOTÓRIO. INCIDÊNCIA DO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990. OCORRIDA A CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO CONSISTENTE NA COMPRA DE VOTOS. CONDUTA VEDADA PELO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

ACÓRDÃO Nº 28.282 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC/64/90 Nº 108 - CLASSE 31, EM 30/05/2005.

REDATOR DESIGNADO: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 07/06/2005, PÁGINA 01.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

PEDIDO FORMULADO NO BOJO DA INICIAL. AFASTADA A PRELIMINAR DE INÉPCIA. OBSERVADOS OS REQUISITOS DO ART. 282 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ANULADA A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR.

ACÓRDÃO Nº 28.354 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 41-A LEI 9504/97 Nº 6 - CLASSE 15, EM 27/06/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/07/2005, PÁGINA 01.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

RECURSO. DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS A ELEITORES NÃO CADASTRADOS. INEXISTÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL FRAGILIZADA. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES DA CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA A *QUO*.

ACÓRDÃO Nº 28.443 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO, ART. 22, LC/64/90 Nº 109 - CLASSE 30, EM 18/08/2005.

RELATOR: MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/09/2005, PÁGINA 01.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

DEMONSTRAÇÃO DA CONTRADIÇÃO ENTRE A CONCESSÃO DO DIPLOMA E A PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS. MATÉRIA CUJA APRECIÇÃO DEVE SER FEITA NO JUÍZO DECISÓRIO. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA REJEITADA. FRAGILIDADE DA PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DESCARACTERIZADA HIPÓTESE DE CASSAÇÃO DO DIPLOMA OU DE EVENTUAL DECRETAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

ALEGAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÃO A ELEITORES NO DIA DA ELEIÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DA CONTRADIÇÃO ENTRE A CONCESSÃO DO DIPLOMA E A PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS. MATÉRIA CUJA APRECIÇÃO DEVE SER FEITA NO JUÍZO DECISÓRIO. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA REJEITADA. FRAGILIDADE DA PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DESCARACTERIZADA HIPÓTESE DE CASSAÇÃO DO DIPLOMA OU DE EVENTUAL DECRETAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.477 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAÇÃO Nº 22 - CLASSE 12, EM 29/08/2005.

RELATOR: MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 15/09/2005, PÁGINA 03.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ARTIGO 262, INCISO IV, DO CÓDIGO ELEITORAL. INTEMPESTIVIDADE. INEXISTÊNCIA. TERMO A QUO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 240 DO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. GARANTIA DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. ARTIGO 41-A DA LEI 9504/97. SUPOSTA CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INDEMONSTRAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO 28.510 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA DIPLOMAÇÃO Nº 24 - CLASSE 12, EM 15/09/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/09/2005, PÁGINA 01.

• CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO

EMENTA:

PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADAS. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NULIDADE DA CITAÇÃO. INEXISTÊNCIA. LITISPENDÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. ABUSO DE POLÍTICO E ECONÔMICO. USO PROMOCIONAL. CADASTRAMENTO DE BENEFICIÁRIOS EM PROGRAMA ASSISTENCIAL. ADMISSÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO REALIZADAS MEDIANTE PROMESSA DE FUTURA CONTRATAÇÃO EM TROCA DE VOTO. EVIDENCIADAS AS CONDUTAS VEDADAS NOS INCISOS IV E V DO ART. 73 E ART. 41 - A, AMBOS DA LEI Nº 9.504/97. SENTENÇA MANTIDA.

CADASTRAMENTO DE BENEFICIÁRIOS EM PROGRAMA ASSISTENCIAL. ADMISSÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO REALIZADA MEDIANTE PROMESSA DE FUTURA CONTRATAÇÃO, EM TROCA DE VOTO. EVIDENCIADAS AS CONDUTAS VEDADAS NOS INCISOS IV E V DO ART. 73 E ART. 41 - A, AMBOS DA LEI Nº 9.504/97. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. INEXISTÊNCIA DA NULIDADE DA CITAÇÃO. LITISPENDÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. USO PROMOCIONAL DA PROPAGANDA INSTITUCIONAL. CARACTERIZADO O ABUSO DE PODER POLÍTICO. PRELIMINARES REJEITADAS. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.537 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 19 – CLASSE 15, EM 22/09/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUIS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/09/2005, PÁGINA 04.

• CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO

EMENTA:

INEXISTÊNCIA DE PROVA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO NÃO EVIDENCIADA. ADMITIDA A JUNTADA DE PROVAS APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. APLICÁVEL À ESPÉCIE O ART. 397 DO C.P.C. E ART. 23 DA LC 64/90. DEMONSTRADA CONTRADIÇÃO NOS DIVERSOS DEPOIMENTOS COLHIDOS. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO, COM BASE NO ART. 41-A DA LEI 9.504/97, PELA PRÁTICA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, OFERECIMENTO DE DINHEIRO PARA VESTIR CAMISA COM PROPAGANDA, TRABALHAR NA CAMPANHA E VOTAR NO CANDIDATO. UTILIZAÇÃO DO DINHEIRO DO ERÁRIO PARA A CAPTAÇÃO DE VOTOS POR VEREADORES ELEITOS E DIPLOMADOS.

INEXISTÊNCIA DE PROVA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO NÃO EVIDENCIADA. ADMITIDA A JUNTADA DE PROVAS APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. APLICÁVEL À ESPÉCIE O ART. 397 DO C.P.C.

E ART. 23 DA LC 64/90. DEMONSTRADA CONTRADIÇÃO NOS DIVERSOS DEPOIMENTOS COLHIDOS.
DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.541 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 25 - CLASSE 15, EM 26/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/10/2005, PÁGINA 02.

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA. A LEI Nº 9.504/97 NÃO ESTABELECE PRAZO ESPECÍFICO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. SUPOSTA DOAÇÃO DE COMBUSTÍVEL AOS ELEITORES. INDEMONSTRADA A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. RECURSOS PROVIDOS.

SUPOSTA DOAÇÃO DE COMBUSTÍVEL AOS ELEITORES.

A LEI Nº 9.504/97 NÃO ESTABELECE PRAZO ESPECÍFICO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA.

NÃO DEMONSTRADA A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. DADO PROVIMENTO AOS RECURSOS. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.612 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 27 – CLASSE 15, EM 07 /11/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 07/11/2005, PÁGINA 01/02.

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DOS PROCESSOS. NULIDADE DA SENTENÇA. REJEITADA. DESNECESSIDADE DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS INVESTIGADOS. PRECLUSA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA. VENCIDO O RELATOR QUE SUPERAVA ESTAS PRELIMINARES, COM BASE AO ART. 249, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POSTO QUE NÃO É PARTE NO FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE OU ABUSIVIDADE NA TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA DO PROGRAMA "BOM DIA GOVERNADORA". EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS "CHEQUE-CIDADÃO", "MORAR FELIZ POR R\$1,00" E "JOVENS PELA PAZ". OFERTA DE ALMOÇO A FISCAIS DO PMDB EM ESCOLA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE CAPAZ DE DESEQUILIBRAR O PLEITO. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS ELEITORAIS NA RESPOSTA VEICULADA NO JORNAL "O GLOBO". CORRETA A MEDIDA QUE DECRETOU A EXONERAÇÃO DO ENTÃO SECRETÁRIO DE ESTADO, ORA INVESTIGADO. DESCARACTERIZADA A IMPOSIÇÃO DE MULTA, LASTREADA NO ART. 41-A DA LEI Nº

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO À PENA DE MULTA DO ART. 73, II E III DA LEI 9.504/97, AOS RECORRENTES GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA, CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, CARLOS EDUARDO AZEVEDO MIRANDA, ERVÊ JÚNIOR GONÇALVES DE ALMEIDA, JOSIEL PESSANHA SOUZA E RUBENILDO PEÇANHA DE BARCELOS. EXCLUÍDA A CONDENAÇÃO RELATIVA A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AFASTADA A PENALIDADE DE INELEGIBILIDADE DECORRENTE DO ABUSO DE PODER. NÃO CONHECIDO OS EMBARGOS DE SYLVIA ELIZABETH PEIXOTO ALVES, POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA COLIGAÇÃO "A FORÇA DO CORAÇÃO", POR VERSAR SOBRE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA GOVERNADORA ROSINHA GAROTINHO, PELO FATO DO TRIBUNAL NO JULGAMENTO DO RECURSO, NÃO CONSIDERAR A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DA PENALIDADE IMPOSTA COM BASE NO ART. 73, IV DA LEI 9504/97.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA PARA DECLARAR QUE OS MESMOS FORAM EXCLUÍDOS DA CONDENAÇÃO RELATIVA À MULTA POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. POR MAIORIA, AFASTOU-SE A PENA DE INELEGIBILIDADE APLICADA A GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, VENCIDO O DES. ROBERTO WIDER. NO MAIS, POR MAIORIA, ACOMPANHOU-SE O VOTO DO RELATOR, VENCIDA A DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA QUE SÓ DAVA PROVIMENTO AO RECURSO DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA PARA FAZER CONSTAR NO ACÓRDÃO EMBARGADO A QUESTÃO RELATIVA AO VOTO DE MINERVA DADO PELO DES. PRESIDENTE.

ACÓRDÃO Nº 28.618 - EMBARGOS DE DECLARACAO NOS AUTOS DO RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 41-A DA LEI 9504/97 Nº 20 – CLASSE 15, EM 01/12/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/11/2005, PÁGINA 01.

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DOS PROCESSOS. NULIDADE DA SENTENÇA. REJEITADA. DESNECESSIDADE DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS INVESTIGADOS. PRECLUSA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA. VENCIDO O RELATOR QUE SUPERAVA ESTAS PRELIMINARES, COM BASE AO ART. 249, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POSTO QUE NÃO É PARTE NO FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE

POTENCIALIDADE OU ABUSIVIDADE NA TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA DO PROGRAMA "BOM DIA GOVERNADORA". EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS "CHEQUE-CIDADÃO", "MORAR FELIZ POR R\$1,00" E "JOVENS PELA PAZ". OFERTA DE ALMOÇO A FISCAIS DO PMDB EM ESCOLA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE CAPAZ DE DESEQUILIBRAR O PLEITO. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS ELEITORAIS NA RESPOSTA VEICULADA NO JORNAL "O GLOBO". CORRETA A MEDIDA QUE DECRETOU A EXONERAÇÃO DO ENTÃO SECRETÁRIO DE ESTADO, ORA INVESTIGADO. DESCARACTERIZADA A IMPOSIÇÃO DE MULTA, LASTREADA NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 EM RELAÇÃO ÀQUELES REPRESENTADOS QUE NÃO FORAM CANDIDATOS. ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO EVIDENCIADO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO RECHAÇADA.

TRANSMISSÃO RADIOFÔNICA DE PROGRAMA DE RÁDIO. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS E OFERTA DE ALMOÇO AOS FISCAIS DE PARTIDO EM ESCOLA MUNICIPAL.

DESCARACTERIZAÇÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DOS PROCESSOS. REJEITADA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA. DESNECESSIDADE DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS INVESTIGADOS. PRECLUSA A ARGÜIÇÃO DE NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POSTO QUE NÃO É PARTE NO FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE CAPAZ DE DESEQUILIBRAR O PLEITO. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS ELEITORAIS NA RESPOSTA VEICULADA EM JORNAL. DESCARACTERIZADA A IMPOSIÇÃO DE MULTA, LASTREADA NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 EM RELAÇÃO ÀQUELES REPRESENTADOS QUE NÃO FORAM CANDIDATOS. ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO EVIDENCIADO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO RECHAÇADA. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.620 – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 22 - CLASSE Nº 15, EM 10/11/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/11/2005, PÁGINA 01

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO À PENA DE MULTA DO ART. 73, II E III DA LEI 9.504/97, AOS RECORRENTES GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA, CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, CARLOS EDUARDO AZEVEDO MIRANDA, ERVÊ JÚNIOR GONÇALVES DE ALMEIDA, JOSIEL PESSANHA SOUZA E RUBENILDO PEÇANHA DE BARCELOS. EXCLUÍDA A CONDENAÇÃO RELATIVA A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AFASTADA A PENALIDADE DE INELEGIBILIDADE DECORRENTE DO ABUSO DE PODER. NÃO CONHECIDO OS EMBARGOS DE SYLVIA ELIZABETH PEIXOTO ALVES, POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA COLIGAÇÃO "A FORÇA DO CORAÇÃO", POR VERSAR SOBRE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA GOVERNADORA ROSINHA GAROTINHO, PELO FATO DO TRIBUNAL NO JULGAMENTO DO RECURSO, NÃO CONSIDERAR A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DA PENALIDADE IMPOSTA COM BASE NO ART. 73, IV DA LEI 9504/97.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELO FATO DO TRIBUNAL, NO JULGAMENTO DO RECURSO, NÃO CONSIDERAR A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO, NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DA PENALIDADE IMPOSTA COM BASE NO ART. 73, IV, DA LEI 9504/97.

CONDENAÇÃO DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA, CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, CARLOS EDUARDO AZEVEDO MIRANDA, ERVÊ JÚNIOR GONÇALVES DE ALMEIDA, JOSIEL PESSANHA SOUZA E RUBENILDO PEÇANHA DE BARCELOS À PENA DE MULTA PREVISTA NO ART. 73, II E III DA LEI 9.504/97. EXCLUÍDA A CONDENAÇÃO RELATIVA À CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AFASTADA A PENALIDADE DE INELEGIBILIDADE DECORRENTE DO ABUSO DE PODER.

NÃO CONHECIDOS OS EMBARGOS DE SYLVIA ELIZABETH PEIXOTO ALVES, POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.

NEGADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA COLIGAÇÃO E DA GOVERNADORA ROSINHA GAROTINHO, POR VERSAR SOBRE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, UNÂNIME.

EMBARGOS DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA. DADO PROVIMENTO PARCIAL PARA DECLARAR QUE OS MESMOS FORAM EXCLUÍDOS DA CONDENAÇÃO RELATIVA À MULTA POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, UNÂNIME.

AFASTADA A PENA DE INELEGIBILIDADE APLICADA A GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.656 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 18 - CLASSE 15, EM 01/12/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/12/2005, PÁGINA 06.

• **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO À PENA DE MULTA DO ART. 73, II E III DA LEI. 9.504/97, AOS RECORRENTES GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA, CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, CARLOS EDUARDO AZEVEDO MIRANDA, ERVÊ JÚNIOR GONÇALVES DE ALMEIDA, JOSIEL PESSANHA SOUZA E RUBENILDO PEÇANHA DE BARCELOS. EXCLUÍDA A CONDENAÇÃO RELATIVA A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AFASTADA A PENALIDADE DE INELEGIBILIDADE DECORRENTE DO ABUSO DE PODER. NÃO CONHECIDO OS EMBARGOS DE SYLVIA ELIZABETH PEIXOTO ALVES, POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA COLIGAÇÃO "A FORÇA DO CORAÇÃO", POR VERSAR SOBRE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA GOVERNADORA ROSINHA GAROTINHO, PELO FATO DO TRIBUNAL NO JULGAMENTO DO RECURSO, NÃO CONSIDERAR A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DA PENALIDADE IMPOSTA COM BASE NO ART. 73, IV DA LEI 9504/97.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA PARA DECLARAR QUE OS MESMOS FORAM EXCLUÍDOS DA CONDENAÇÃO RELATIVA À MULTA

POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. POR MAIORIA, AFASTOU-SE A PENA DE INELEGIBILIDADE APLICADA A GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, VENCIDO O DES. ROBERTO WIDER. NO MAIS, POR MAIORIA, ACOMPANHOU-SE O VOTO DO RELATOR, VENCIDA A DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA QUE SÓ DAVA PROVIMENTO AO RECURSO DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA PARA FAZER CONSTAR NO ACÓRDÃO EMBARGADO A QUESTÃO RELATIVA AO VOTO DE MINERVA DADO PELO DES. PRESIDENTE.

ACÓRDÃO Nº 28.658 - EMBARGOS DE DECLARACAO NOS AUTOS DO RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 41-A DA LEI 9504/97 Nº 21 – CLASSE 15, EM 01/12/2005.

REDATOR DESIGNADO: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/12/2005, PÁGINA 06.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO À PENA DE MULTA DO ART. 73, II E III DA LEI 9.504/97, AOS RECORRENTES GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA, CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, CARLOS EDUARDO AZEVEDO MIRANDA, ERVÉ JÚNIOR GONÇALVES DE ALMEIDA, JOSIEL PESSANHA SOUZA E RUBENILDO PEÇANHA DE BARCELOS. EXCLUÍDA A CONDENAÇÃO RELATIVA A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AFASTADA A PENALIDADE DE INELEGIBILIDADE DECORRENTE DO ABUSO DE PODER. NÃO CONHECIDO OS EMBARGOS DE SYLVIA ELIZABETH PEIXOTO ALVES, POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA COLIGAÇÃO "A FORÇA DO CORAÇÃO", POR VERSAR SOBRE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA GOVERNADORA ROSINHA GAROTINHO, PELO FATO DO TRIBUNAL NO JULGAMENTO DO RECURSO, NÃO CONSIDERAR A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, DA PENALIDADE IMPOSTA COM BASE NO ART. 73, IV DA LEI 9504/97.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA PARA DECLARAR QUE OS MESMOS FORAM EXCLUÍDOS DA CONDENAÇÃO RELATIVA À MULTA POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. POR MAIORIA, AFASTOU-SE A PENA DE INELEGIBILIDADE APLICADA A GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA, VENCIDO O DES. ROBERTO WIDER. NO MAIS, POR MAIORIA, ACOMPANHOU-SE O VOTO DO RELATOR, VENCIDA A DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA QUE SÓ DAVA PROVIMENTO AO RECURSO DE GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA E CLAUDIOCIS FRANCISCO DA SILVA PARA FAZER CONSTAR NO ACÓRDÃO EMBARGADO A QUESTÃO RELATIVA AO VOTO DE MINERVA DADO PELO DES. PRESIDENTE.

ACÓRDÃO Nº 28.659 - EMBARGOS DE DECLARACAO NOS AUTOS DO RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A Nº 22 – CLASSE 15, EM 01/12/2005.

RELATOR DESIGNADO: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/12/2005, PÁGINA 06./07.

- **CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO**

EMENTA:

DEMONSTRADO O INTERESSE JURÍDICO DO TERCEIRO PREJUDICADO EM FIGURA NO PÓLO ATIVO. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA, PORQUANTO AUSENTE PREJUÍZO À PARTE DADA A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO. AUSÊNCIA DE QUALQUER NULIDADE TOCANTE À DILAÇÃO PROBATÓRIA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO NÃO COMPROVADO. PROVA CABAL ACERCA DE UM SUPOSTO USO INDEVIDO DO PROGRAMA "BOLSA FAMÍLIA". INEXISTENTE.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE AS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. POR MAIORIA, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, VENCIDA A DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA QUE A ACOLHIA E, NO MÉRITO, POR MAIORIA, DEU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS DE PEDRO JORGE CHERENE E CLAUDIO LUIZ HENRIQUES E NEGOU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS DE LEONARDO TERRA DE ALMEIDA, FÁTIMA ORNELAS E DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, VENCIDO O DES. ROBERTO WIDER QUE NEGAVA PROVIMENTO A TODOS OS RECURSOS.

ACÓRDÃO Nº 28.662 - REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9.504/97 Nº 26 – CLASSE 15, EM 01/12/2005.

RELATOR: MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 16/01/2006, PÁGINA 02.

- **DIREITO DE RESPOSTA**

EMENTA:

A MATÉRIA JORNALÍSTICA ATACADA NÃO SE ENQUADRA EM QUALQUER UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 58 DA LEI 9.504/97. DESPROVIMENTO.

MATÉRIA PUBLICADA NA IMPRENSA ESCRITA TERIA SIDO OFENSIVA. ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS. A MATÉRIA JORNALÍSTICA ATACADA NÃO SE ENQUADRA EM QUALQUER UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 58 DA LEI 9.504/97. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.167 – RECURSO ELEITORAL Nº 3969 – CLASSE 13, EM 27/04/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 05/05/2005, PÁGINA 02.

- **DIREITO DE RESPOSTA**

EMENTA:

CONSTATADO O CONTEÚDO OFENSIVO DAS AFIRMAÇÕES DIRECIONADAS AO CANDIDATO ORA RECORRIDO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ACÓRDÃO Nº 28.225 - RECURSO ELEITORAL Nº3898 - CLASSE 13, EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/05/2005, PÁGINA 05.

- **DIREITO DE RESPOSTA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. REPORTAGEM CONTENDO AFIRMAÇÕES SABIDAMENTE INVERÍDICAS. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. NÃO-INFLUÊNCIA NA IGUALDADE DA DISPUTA ELEITORAL. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO IMPROVIDO.

MATÉRIA VEICULADA EM JORNAL LOCAL CONTENDO AFIRMAÇÕES SABIDAMENTE INVERÍDICAS.

NÃO CARACTERIZADA A CONOTAÇÃO OFENSIVA NAS MENSAGENS VEICULADAS, SENDO TODAS INERENTES AO DEBATE POLÍTICO. FATO QUE NÃO INFLUENCIOU NA IGUALDADE DA DISPUTA ELEITORAL. SENTENÇA CONFIRMADA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.270 - RECURSO ELEITORAL Nº 3727 - CLASSE 13, EM 23/05/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 02/06/2005, PÁGINA 01.

- **REGISTRO DA CANDIDATURA - DIPLOMAÇÃO - CONTAMINAÇÃO DE CHAPA**

EMENTA:

RESTABELECIDO A REGULARIDADE DO REGISTRO DO CANDIDATO A PREFEITO E VICE-PREFEITO. CHAPA ÚNICA E INDIVISÍVEL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO Nº 28.434 - RECURSO ELEITORAL Nº 4073 - CLASSE 13, EM 08/08/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 16/08/2005, PÁGINA 02.

- **REGISTRO DE CANDIDATURA - NULIDADE - RETOTALIZAÇÃO**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO DESPROVIDO. NULIDADE DO REGISTRO DE CANDIDATURA. REGULARIDADE DA

COLIGAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA MONOCRÁTICA. CONVERSÃO DOS VOTOS DO CANDIDATO PARA A LEGENDA.

REGISTRO DE CANDIDATURA DE VEREADOR DEFERIDO PELO JUIZ SINGULAR, SOB CONDIÇÃO. EXISTÊNCIA DE PROCESSO DE DUPLICIDADE DE FILIAÇÃO EM TRÂMITE. DECISÃO QUE DECLARA A DUPLICIDADE DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA.

ANULAÇÃO DOS VOTOS ATRIBUÍDOS AO CANDIDATO A VEREADOR, DETERMINANDO QUE SEJA REALIZADA NOVA TOTALIZAÇÃO COM A EXCLUSÃO DO CANDIDATO.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.538 - RECURSO ELEITORAL Nº 4120 - CLASSE 13, EM 22/09/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/10/2005, PÁGINA 03.

C

► CRIME

- **ABUSO DE AUTORIDADE**

EMENTA:

SUPOSTA INFRAÇÃO AOS ARTS. 236 E 298 DO CÓDIGO ELEITORAL E ART. 350 DO CÓDIGO PENAL. NÃO-COMPROVAÇÃO. AUSENTE QUALQUER ARBITRARIEDADE OU ILEGALIDADE POR PARTE DOS RECLAMADOS. ARQUIVAMENTO.

SUPOSTA INFRAÇÃO AOS ARTS. 236 E 298 DO CÓDIGO ELEITORAL E ART. 350 DO CÓDIGO PENAL. DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS E ALICIAMENTO DE ELEITORES. PRISÕES LÍCITAS REALIZADAS EM FLAGRANTE DELITO PODEM SER EFETUADAS DENTRO DO PERÍODO DE 05 DIAS ANTES E ATÉ 48 HORAS APÓS AS ELEIÇÕES. NO CASO DE CANDIDATOS, DESDE 15 DIAS ANTES DO PLEITO. AUSÊNCIA DE CARACTERIZAÇÃO DA ILEGALIDADE, ARBITRARIEDADE OU ABUSO DE AUTORIDADE. JUIZ ELEITORAL ATUOU NO ESTRITO LIMITE DE SEU PODER, VISANDO CESSAR CONDUTAS MANIFESTAMENTE ILEGAIS. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO VERIFICADO. NÃO HOUVE PREJUÍZO AO BEM JURÍDICO DE LIBERDADE DE EXERCÍCIO DO SUFRÁGIO. AUSENTE QUALQUER ARBITRARIEDADE OU ILEGALIDADE POR PARTE DOS RECLAMADOS.

JULGADA IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. ARQUIVAMENTO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.476 - RECLAMAÇÃO Nº 73 - CLASSE 28, EM 29/08/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 02/09/2005, PÁGINA 02.

- **ABUSO DE AUTORIDADE**

EMENTA:

INOCORRÊNCIA DE ABUSO DE AUTORIDADE. LEGALIDADE DAS DILIGÊNCIAS EFETUADAS. PODER GERAL DE CAUTELA. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, EM JULGAR IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO.

ACÓRDÃO Nº 28.543 - RECLAMACAO Nº 75 - CLASSE 28, EM 26/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/10/2005, PÁGINA 03.

- **CORRUPÇÃO ELEITORAL**

EMENTA:

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA REJEITADA. NÃO DEVE SER ACOLHIDA A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO. O CONJUNTO PROBATÓRIO ACOSTADO PERMITE VISUALIZAR A OCORRÊNCIA DO DELITO DE CORRUPÇÃO ELEITORAL PASSIVA. TIPIFICADA A CONDUTA DESCRITA NO ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.278 - RECURSO ELEITORAL Nº 85 - CLASSE 24, EM 23/05/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/06/2005, PÁGINA 03.

- **CORRUPÇÃO ELEITORAL**

EMENTA:

PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. O PEDIDO DE VOTOS, EM TROCA DE QUALQUER VANTAGEM, DEVE SER DIRETO E EXPLÍCITO. HIPÓTESE NÃO DEMONSTRADA NOS AUTOS. INEXISTENTE A CONDUTA DESCRITA NO ART. 229 DO CÓDIGO ELEITORAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

FACILITAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIDADE. PEDIDO DE VOTOS.

NÃO DEMONSTRADO NA PROVA TESTEMUNHAL O PEDIDO DE VOTOS EM TROCA DE QUALQUER VANTAGEM. ESTE DEVE SER DIRETO E EXPLÍCITO.

HIPÓTESE NÃO DEMONSTRADA NOS AUTOS. INEXISTENTE A CONDUTA DESCRITA NO ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.404 - RECURSO CRIMINAL Nº 97 - CLASSE 24, EM 21/07/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/08/2005, PÁGINA 01.

- **CORRUPÇÃO ELEITORAL**

EMENTA:

RECURSO CRIMINAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. NULIDADE ANTE A AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA. CRIME CONTINUADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 243 DO COLENDO STJ. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INDEMONSTRAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

RECURSO CRIMINAL. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE ANTE A AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. CRIME CONTINUADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 243 DO COLENDO STJ. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INDEMONSTRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.495 - RECURSO CRIMINAL Nº 88 - CLASSE 24, EM 05/09/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 15/09/2005, PÁGINA 03.

- **CORRUPÇÃO ELEITORAL**

EMENTA:

SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO INSCULPIDO NO ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL. OS DEPOIMENTOS COLHIDOS, EM SEDE JUDICIAL, NÃO AUTORIZAM A EXPEDIÇÃO DE UM DECRETO CONDENATÓRIO. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.655 - RECURSO CRIMINAL Nº 96 - CLASSE 24, EM 01/12/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/12/2005, PÁGINA 02.

- **FALSIDADE IDEOLÓGICA**

EMENTA:

A SENTENÇA, EMBORA SUCINTA, ATENDEU À EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NO MÉRITO NÃO SE VISLUMBRA A OCORRÊNCIA DO TIPO PENAL PREVISTO NO ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL CONSOANTE O CONJUNTO PROBATÓRIO ACOSTADO AOS AUTOS.

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. ALEGAÇÃO REJEITADA.

DENUNCIADO COMO INCURSO NAS PENAS DO ARTIGO 289 DO CÓDIGO ELEITORAL C/C 29 DO CÓDIGO PENAL. DECLARAÇÃO FALSA PARA TRANSFERÊNCIA DO DOMICÍLIO ELEITORAL.

O DOMICÍLIO ELEITORAL OU DOMICÍLIO POLÍTICO NÃO É IDÊNTICO AO DOMICÍLIO CIVIL, CONFORME DISPÕE O CÓDIGO ELEITORAL, EM SEU ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO. A PROVA PRODUZIDA NÃO CONDUZ PARA UM JUÍZO DE CERTEZA DE QUE O ACUSADO EFETIVAMENTE NÃO RESIDIA OU NÃO TINHA SUA MORADIA NO LOCAL INDICADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONDENAÇÃO IMPOSTA.

DADO PROVIMENTO AO RECURSO PARA ABSOLVER O ACUSADO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.117 - RECURSO CRIMINAL Nº 94 - CLASSE Nº 24, EM: 04/04/2005.

RELATORA: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/04/2005, PÁGINA 02.

- **FALSIDADE IDEOLÓGICA**

EMENTA:

REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA EM DOCUMENTO DESTINADO À OBTENÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL TIPIFICADA A CONDUTA DESCRITA NO ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. MANTIDA A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR.

REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA EM DOCUMENTO DESTINADO À OBTENÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. TIPIFICADA A CONDUTA DESCRITA NO ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. MANTIDA A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUIZ SINGULAR.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E, NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.276 - RECURSO CRIMINAL Nº 83 - CLASSE 24, EM 23/05/2006.

RELATOR: JUIZ ANTÔNIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/05/2005, PÁGINA 01.

- **PROPAGANDA ELEITORAL**

EMENTA:

NOTÍCIA CRIME. PRÁTICA DA CONDUTA TÍPICA INSCULPIDA NO ARTIGO 40 DA LEI 9.504/97. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO ARQUIVAMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA DENÚNCIA. ARQUIVAMENTO DO FEITO.

ACÓRDÃO Nº 28.103 – NOTÍCIA CRIME Nº 21 – CLASSE: 23, EM: 28/03/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 07/04/2005, PÁGINA 03.

- **PROPAGANDA ELEITORAL**

EMENTA:

CRIME ELEITORAL. PRINCÍPIO DA LESIVIDADE E DA SUBSIDIARIEDADE. ART. 40 DA LEI 9.504/97. INEXISTÊNCIA DE TIPCIDADE MATERIAL. NOTÍCIA-CRIME. ARQUIVADA.

ACÓRDÃO Nº 28.386 - NOTÍCIA CRIME Nº 25 - CLASSE 23, EM 07/07/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 13/07/2005, PÁGINA 01.

- **PROPAGANDA ELEITORAL**

EMENTA:

RECURSO CRIMINAL. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. ART. 39, § 5º, INCISO II DA LEI 9504/97. CARACTERIZAÇÃO. PROVA. INDÍCIOS VEEMENTES. CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

DISTRIBUIÇÃO DE PROPAGANDA POLÍTICA NO DIA DA ELEIÇÃO. CONDENAÇÃO POR CONDUTA TÍPICA DESCRITA NO ART. 39, § 5º, INCISO II DA LEI 9504/97.

PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. PROVA. INDÍCIOS VEEMENTES QUE POSSIBILITAM A CONDENAÇÃO.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.481 - RECURSO CRIMINAL Nº 91 - CLASSE 24, EM 29/08/2005.

RELATOR: DES.ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/09/2005, PÁGINA 02.

- **SERVIÇO ELEITORAL**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. COMPARECIMENTO TARDIO DE MESÁRIO EM CARTÓRIO. JUSTIFICATIVA. ARTIGO 120, § 4º, DO CÓDIGO ELEITORAL. INAPLICABILIDADE DA PENA PREVISTA NO *CAPUT* DO ARTIGO 124 DO CÓDIGO ELEITORAL. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO *A QUO*. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.530 - RECURSO ELEITORAL Nº 4119 - CLASSE 13, EM 19/09/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/09/2005, PÁGINA 01.

- **SERVIÇO ELEITORAL**

EMENTA:

INADEQUAÇÃO DO FATO DESCRITO DO TIPO PREVISTO NO ART. 344 DO CÓDIGO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. MERO ILÍCITO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. ART. 124 DO CÓDIGO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

ACORDÃO Nº 28.604 - RECURSO ELEITORAL Nº 4138 - CLASSE 13, EM 26/10/2005.

REALTOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/11/2005, PÁGINA 02.

- **TRANSPORTE DE ELEITORES**

EMENTA:

AFASTADAS AS PRELIMINARES ARGUÍDAS. TRANSPORTE COLETIVO DE ELEITORES. SUPOSTA FRAUDE AO EXERCÍCIO DO VOTO. INDÍCIOS DA CONDUTA DESCRITA NO ART. 11, INCISO III, DA LEI Nº 6.091/74. RECEBIDA A DENÚNCIA.

ACÓRDÃO Nº 28.375 - PEÇAS DE INFORMAÇÃO Nº 25 - CLASSE 34, EM 21/07/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/07/2005, PÁGINA 01.

E

► ELEIÇÕES

- **ELEIÇÕES - RESULTADO**

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. SUPOSTO ERRO NO CÁLCULO DO QUOCIENTE ELEITORAL. VOTOS. DESTINADOS A CANDIDATO QUE ANTES DAS ELEIÇÕES TEVE CASSADO SEU REGISTRO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 41-A DA LEI 9.504/97 SÃO NULOS. IMPOSSIBILIDADE DE CÔMPUTO. PARA AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA. INTELIGÊNCIA DO § 5º DA RESOLUÇÃO DO TSE 21.635/2004. SEGURANÇA DENEGADA.

ACÓRDÃO Nº 28.017 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 413 – CLASSE 3, EM 17/02/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO JUNIOR

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 28/02/2005, PÁGINA 01.

- **MESA RECEPTORA – MESÁRIO FALTOSO**

EMENTA:

AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DA ELEITORA PARA FAZER PARTE INTEGRANTE DA MESA RECEPTORA DE VOTOS. RECURSO NEGADO.

ACÓRDÃO Nº 28.440 - RECURSO ELEITORAL Nº 4118 - CLASSE 13, EM 15/08/2005.

RELATOR: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/08/2005, PÁGINA 03.

- **MESA RECEPTORA – MESÁRIO FALTOSO**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. MESÁRIO FALTOSO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA TEMPESTIVAMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA GENÉRICA, PREVIAMENTE FIXADA POR PORTARIA DO JUÍZO ELEITORAL. NECESSÁRIA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO ELEITOR. INTELIGÊNCIA DO § 3º DO ART. 367 DO DIPLOMA ELEITORAL. RECURSO PROVIDO.

MESÁRIO FALTOSO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA TEMPESTIVAMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA GENÉRICA, PREVIAMENTE FIXADA POR PORTARIA DO JUÍZO ELEITORAL. NECESSÁRIA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO ELEITOR. INTELIGÊNCIA DO § 3º DO ART. 367 DO DIPLOMA ELEITORAL. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.466 - RECURSO ELEITORAL Nº 4127 – CLASSE 13, EM 25/08/2005.

RELATOR: DES.ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/08/2005, PÁGINA 02.

NO MESMO SENTIDO:

ACÓRDÃO Nº 28.494 - RECURSO ELEITORAL Nº 4137 - CLASSE 13, EM 05/09/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

• **MESA RECEPTORA – MESÁRIO FALTOSO**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL - MANDADO DE SEGURANÇA - AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DE MEMBRO DE MESA RECEPTORA - SERVIDOR PÚBLICO - SUSPENSÃO DE 15 DIAS - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

- CUIDA-SE DE MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO ALVEJAR DECISÃO QUE SUSPENDEU O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL DE SERVIDORA PÚBLICA, POR AUSÊNCIA INJUSTIFICADA, NA FORMA DO ARTIGO 124, CAPUT E SEU § 2º, DO CÓDIGO ELEITORAL.

- A IMPETRANTE DEIXOU DE APRESENTAR, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DO MESMO ARTIGO 124, QUALQUER JUSTIFICATIVA PELO SEU NÃO COMPARECIMENTO, IMPONDO-SE, ASSIM, A APLICAÇÃO DA SUSPENSÃO DE 15 (QUINZE) DIAS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, NÃO HAVENDO SE FALAR EM VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E À AMPLA DEFESA.

- DENEGADA A SEGURANÇA.

MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PELO NÃO COMPARECIMENTO COMO MEMBRO DE MESA RECEPTORA DE VOTOS. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL POR 15 DIAS, NA FORMA DO ARTIGO 124, CAPUT E SEU § 2º, DO CÓDIGO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E À AMPLA DEFESA. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. UNÂNIME.

ACORDÃO Nº 28.582 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 435 - CLASSE 03, EM 17/09/2005.

RELATORA: DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 21/10/2005, PÁGINA 02.

• **MESA RECEPTORA – MESÁRIO FALTOSO**

EMENTA:

ABANDONO INJUSTIFICADO DO SERVIÇO ELEITORAL. CONDUTA VEDADA PELO ART 124 PARÁGRAFO 4º, DO CÓDIGO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

MESÁRIA SE APRESENTA COM ATRASO PARA O SERVIÇO ELEITORAL. MANIFESTA A INTENÇÃO DE DEIXAR A SEÇÃO ANTES DO TÉRMINO DA VOTAÇÃO E, À REVELIA DA PRESIDENTE DA MESA RECEPTORA DE VOTOS,

ABANDONA OS TRABALHOS, SEM APRESENTAR JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS PARA SUA CONDUTA.

CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA, COM BASE NOS TERMOS DO ARTIGO 124, PARÁGRAFO 4º DA LEI Nº 4.737/65. CONSTATADO FLAGRANTE DESCASO E NEGLIGÊNCIA PARA COM AS FUNÇÕES DO CARGO NO QUAL ESTAVA INVESTIDA. CONDUTA VEDADA PELO ART 124 PARÁGRAFO 4º, DO CÓDIGO ELEITORAL. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACORDÃO Nº 28.583 – RECURSO ELEITORAL Nº 4155 - CLASSE 13, EM 17/10/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 21/10/2005, PÁGINA 02.

I

► INELEGIBILIDADE

• INELEGIBILIDADE – DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

EMENTA:

NECESSIDADE DO AFASTAMENTO MATERIAL DO SERVIDOR. VERIFICADA A PRÁTICA DE ATOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA APÓS O AFASTAMENTO DA FUNÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ABUSO DO PODER ECONÔMICO. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.445 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 LC 64/90 Nº 135 - CLASSE 31, EM 18/08/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/08/2005, PÁGINA 04.

• INELEGIBILIDADE – DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

EMENTA:

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. OBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL DE TRÊS MESES. DIREITO AO AFASTAMENTO REMUNERADO. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA "I", DA LC Nº 64/90. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.528 - RECURSO ELEITORAL Nº 3938 - CLASSE 13, EM 19/09/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/09/2005, PÁGINA 02.

- **INELEGIBILIDADE - MANDATO ELETIVO – PERDA**

EMENTA:

CANDIDATO ELEITO VEREADOR. REGISTRO CASSADO. DIPLOMAÇÃO SUSPensa. SUPLENTE EMPOSSADO. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO. OS RECURSOS ELEITORAIS NÃO POSSUEM EFEITO SUSPENSIVO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. ARQUIVAMENTO.

CASSAÇÃO DE CANDIDATO ELEITO VEREADOR. DIPLOMAÇÃO SUSPensa. SUPLENTE EMPOSSADO.

AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO. OS RECURSOS ELEITORAIS NÃO POSSUEM EFEITO SUSPENSIVO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. ARQUIVAMENTO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.104 – RECLAMAÇÃO Nº 77 - CLASSE 28, EM 28/03/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 07/04/2005, PÁGINA 03.

- **INELEGIBILIDADE – PARENTESCO**

EMENTA:

INELEGIBILIDADE CONSTITUCIONAL. PARENTESCO DE SEGUNDO GRAU COM O CHEFE DO EXECUTIVO. INAPLICÁVEL AO SUPLENTE A RESSALVA CONTIDA NO § 7º DO ART. 14 DA CARTA MAGNA. DADO PROVIMENTO, PARA CASSAR O MANDATO DO RECORRIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.551 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 9 - CLASSE 12, EM 29/09/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 05/10/2005, PÁGINA 03.

- **INELEGIBILIDADE - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

RECURSO EM INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. IMPROCEDÊNCIA. USO INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. INDEMONSTRAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO Nº 28.479 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 106 - CLASSE 31, EM 29/08/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/09/2005, PÁGINA 02.

- **INELEGIBILIDADE - CONDENAÇÃO CRIMINAL**

EMENTA:

SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS. CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. CONCEDIDO O BENEFÍCIO DO *SURDIS*. PERSISTÊNCIA DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. AUTO-APLICABILIDADE DA REGRA INSERTA NO INCISO III DO ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER AMPARADO PELO *MANDAMUS*. REVOGADO A LIMINAR CONCEDIDA. SEGURANÇA DENEGADA.

CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS. CONCEDIDO O BENEFÍCIO DO *SURDIS*. PERSISTÊNCIA DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. AUTO-APLICABILIDADE DA REGRA INSERTA NO INCISO III DO ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER AMPARADO PELO *MANDAMUS*. REVOGADA A LIMINAR CONCEDIDA. DENEGADA A SEGURANÇA. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.666 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 443 – CLASSE 3, EM 07/12/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 15/12/2005, PÁGINA 01/02.

- **INELEGIBILIDADE – VIDA PREGRESSA**

EMENTA:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECORRIDO CONDENADO EM SEDE DE AÇÃO POPULAR. APLICÁVEL À ESPÉCIE A SÚMULA Nº 13 DO TSE. RECURSO NEGADO.

RECORRIDO CONDENADO EM SEDE DE AÇÃO POPULAR, POR INFRINGÊNCIA AO ART. 37, § 4º DA CF/88. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SOBRE A QUESTÃO, JÁ DECIDIU O EGRÉGIO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL QUE A SIMPLES CONDENAÇÃO EM AÇÃO POPULAR NÃO GERA INELEGIBILIDADE POR VIDA PREGRESSA, POR NÃO SER AUTO-APLICÁVEL O § 9º, ART. 14 DA CF/88. APLICÁVEL À ESPÉCIE A SÚMULA Nº 13 DO TSE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.439 – RECURSO EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO Nº 36 - CLASSE 11, EM 15/08/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/08/2005, PÁGINA 05.

- **INELEGIBILIDADE – VIDA PREGRESSA**

EMENTA:

SUPERADAS AS PRELIMINARES ARGUÍDAS. APLICAÇÃO DO ART. 249, PARÁGRAFO 2º, DO CPC. A CONDENAÇÃO EM SEDE DE AÇÃO POPULAR NÃO GERA, POR SI SÓ, OS EFEITOS DA INELEGIBILIDADE. DESTITUÍDA DE APLICABILIDADE IMEDIATA O PARÁGRAFO 9º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO VERBETE Nº 13 DA SÚMULA DO TSE. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.526 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAÇÃO Nº 19 - CLASSE 12, EM 19/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/09/2005, PÁGINA 01.

M

► MATÉRIA ADMINISTRATIVA

- **JUROS – URV**

EMENTA:

RECURSO HIERÁRQUICO. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS DEVIDOS SOBRE AS DIFERENÇAS PAGAS DE URV (11,98%) PAGAS COM ATRASO. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.970, DE 14-12-04. DÉBITO DE NATUREZA ALIMENTAR. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.360 – RECURSO EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA Nº14 - CLASSE 35, EM 27/06/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/07/2005, PÁGINA 02.

- **REQUISIÇÃO**

EMENTA:

REQUISIÇÃO DE SERVIDOR. SERVIÇO ELEITORAL. DISPENSA. OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DO ART. 36 DO CÓDIGO ELEITORAL. AUSENTE QUALQUER ILEGALIDADE NA ATUAÇÃO DA REPRESENTADA. ARQUIVAMENTO.

ACÓRDÃO Nº 28.376 - REPRESENTAÇÃO Nº 414 - CLASSE 29, EM 04/07/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/07/2005, PÁGINA 02.

- **SERVIDOR PÚBLICO – CONCURSO PÚBLICO – COMPROVAÇÃO DE ESCOLARIDADE**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. COMPROVAÇÃO DE ESCOLARIDADE NO MOMENTO DA POSSE. LIMINAR DEFERIDA. CONCEDIDA A SEGURANÇA.

ACÓRDÃO Nº 28.355 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº425 - CLASSE 03, EM 27/06/2005.

RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/07/2005, PÁGINA 01.

- **SERVIDOR PÚBLICO – PROVENTOS – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

EMENTA:

AUSÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. MATÉRIA PREJUDICADA. PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES. SUJEIÇÃO À INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 4º, CAPUT, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41 DE 19/12/03. ORDEM DENEGADA.

ACÓRDÃO Nº 28.320 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 310 - CLASSE 13, EM 13/06/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 22/06/2005, PÁGINA 01.

- **SERVIDOR PÚBLICO – PROVENTOS – FUNÇÃO COMISSIONADA**

EMENTA:

LEGITIMIDADE DA AUTORIDADE IMPETRADA PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DO PRESENTE *MANDAMUS*. REJEITADA A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. INCIDENTE A REGRA DO ART. 114 DA LEI Nº 8.112/90. ILEGALIDADE DA ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS ADVINDOS DA PERCEPÇÃO INTEGRAL DE FUNÇÃO COMISSIONADA COM O DA VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA. EXERCIDO O DIREITO DE OPÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS LEIS 9.421/96 E 10.475/02. ORDEM DENEGADA.

ACÓRDÃO Nº 28.484 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 237 - CLASSE 03, EM 01/09/2005.

RELATOR: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/09/2005, PÁGINA 02.

- **SERVIDOR PÚBLICO - REAJUSTE DE PLANO DE SAÚDE**

EMENTA:

PEDIDO DE REAJUSTE DO BENEFÍCIO REFERENTE AO REEMBOLSO COM DESPESAS DE PLANOS DE SAÚDE. OBSERVÂNCIA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. DEFERIDO PARCIALMENTE.

ACORDÃO Nº 28.560 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68 - CLASSE 22, EM 29/09/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 05/10/2005, PÁGINA 03.

- **SERVIDOR PÚBLICO – RECONDUÇÃO**

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ATO DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE. RECONDUÇÃO. ARTIGO 20, § 2º, DA LEI 8112/90. IMPOSSIBILIDADE. TÉRMINO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO NO NOVO CARGO PÚBLICO. EXTINÇÃO DO VÍNCULO ANTERIOR. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SEGURANÇA DENEGADA.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ATO DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE. RECONDUÇÃO. ARTIGO 20, § 2º, DA LEI 8112/90. IMPOSSIBILIDADE. TÉRMINO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO NO NOVO CARGO PÚBLICO. EXTINÇÃO DO VÍNCULO ANTERIOR. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SEGURANÇA DENEGADA.

ACÓRDÃO Nº 28.337 - MANDADO DE SEGURANCA Nº 426 - CLASSE 3, EM 20/06/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 28/06/2005, PÁGINA 02.

- **SERVIDOR PÚBLICO – REMOÇÃO**

EMENTA:

RECURSO HIERÁRQUICO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REMOÇÃO. ESPECIALIDADE DO CARGO EXERCIDO PELO SERVIDOR. MATÉRIA SUJEITA AO JUÍZO DE CONVENIÊNCIA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.348 - RECURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12 - CLASSE 35, EM 23/06/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/06/2005, PÁGINA 03.

- **ZONA ELEITORAL – DECLARAÇÃO DE ABONO – COMPETÊNCIA**

EMENTA:

SERVIDOR DA JUSTIÇA ELEITORAL NÃO DETÉM COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE ABONO. ATO PRIVATIVO DE JUÍZ ELEITORAL. RECURSO NEGADO.

ACÓRDÃO Nº 28.442 - RECURSO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11 - CLASSE 35, EM 15/08/2005.

RELATORA: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/08/2005, PÁGINA 02.

► **MATÉRIA PROCESSUAL**

- **CABIMENTO – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO DA LEI. 9.504/97**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO EXTINTA SEM EXAME DO MÉRITO. A DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL NÃO CONDICIONA O JULGAMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA LEI 9.504/97 AJUIZADA COM BASE NOS MESMOS FATOS. DIVERSIDADE DOS PRESSUPOSTOS CARACTERIZADORES DAS INFRAÇÕES CONSTANTES DA LC 64/90 E DO SUPRACITADO DIPLOMA LEGAL. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO "A QUO" ACERCA DO MÉRITO. RECURSO PROVIDO PARA QUE OS AUTOS RETORNEM AO JUÍZO MONOCRÁTICO.

REPRESENTAÇÃO EXTINTA SEM EXAME DO MÉRITO.

A DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL NÃO CONDICIONA O JULGAMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA LEI 9.504/97 AJUIZADA COM BASE NOS MESMOS FATOS. DIVERSIDADE DOS PRESSUPOSTOS CARACTERIZADORES DAS INFRAÇÕES CONSTANTES DA LC 64/90 E DO SUPRACITADO DIPLOMA LEGAL. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO A QUO ACERCA DO MÉRITO. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.033 - RECURSO ELEITORAL 3974 – CLASSE 13, EM 03/03/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 15/03/2005, PÁGINA 03.

- **CABIMENTO - AGRAVO DE INSTRUMENTO**

EMENTA:

DESNECESSIDADE DA PRODUÇÃO DE PROVA TÉCNICA. O PRÓPRIO AGRAVANTE DECLAROU SER O RESPONSÁVEL PELA CADERNETA DE ANOTAÇÕES. AGRAVO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.374 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 197 – CLASSE 19, EM 04/07/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/07/2005, PÁGINA 01.

- **CABIMENTO – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA**

EMENTA:

SUPERADAS AS PRELIMINARES ARGUÍDAS. APLICAÇÃO DO ART. 249, PARÁGRAFO 2º, DO CPC. A CONDENAÇÃO EM SEDE DE AÇÃO POPULAR NÃO GERA, POR SI SÓ, OS EFEITOS DA INELEGIBILIDADE. DESTITUÍDA DE APLICABILIDADE IMEDIATA O PARÁGRAFO 9º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO VERBETE Nº 13 DA SÚMULA DO TSE. RECURSO DESPROVIDO.

SENTENÇAS TRANSITADAS EM JULGADO, EM AÇÃO POPULAR. ARGÜIÇÃO DE INELEGIBILIDADE.

SUPERADAS AS PRELIMINARES ARGUÍDAS, APLICAÇÃO DO ART. 249, PARÁGRAFO 2º, DO CPC. AÇÃO POPULAR, DEFINIÇÃO DO ARTIGO 5º, INCISO LXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NÃO ENSEJA, POR SI SÓ, A SANÇÃO DE INELEGIBILIDADE. O ARTIGO 11, DA LEI Nº 4.717/65 ESTABELECE QUE A SENTENÇA QUE A JULGAR PROCEDENTE DECRETARÁ A INVALIDADE DO ATO IMPUGNADO, CONDENANDO AO PAGAMENTO DE PERDAS E DANOS OS RESPONSÁVEIS PELA PRÁTICA E OS BENEFICIÁRIOS DELE. ESTA CONDENAÇÃO NÃO GERA OS EFEITOS DA INELEGIBILIDADE. DESTITUÍDO DE APLICABILIDADE IMEDIATA O PARÁGRAFO 9º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO VERBETE Nº 13 DA SÚMULA DO TSE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.526 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 19 - CLASSE 12, EM 19/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/09/2005, PÁGINA 01.

- **CABIMENTO – RECURSO EM REPRESENTAÇÃO DA LEI 9504/97 – RECURSO ELEITORAL**

EMENTA:

DECISÃO SINGULAR QUE MERECE SER REFORMADA DADA A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO AJUIZADO. AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

ACÓRDÃO Nº 28.273 - RECURSO ELEITORAL Nº 168 - CLASSE 13, EM 23/05/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 31/05/2005, PÁGINA 02.

• **CABIMENTO – REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9504/97 - SUSPENSÃO DE SENTENÇA**

EMENTA:

EXECUÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA COM BASE NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 É DOTADA DE EFICÁCIA IMEDIATA, NÃO INCIDINDO A HIPÓTESE DO ART. 15 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990. INAPLICABILIDADE DO ART. 520 DO CPC. NÃO VISLUMBRADA A OCORRÊNCIA DO RISCO DE HAVER DECISÕES CONTRADITÓRIAS. AUSENTE O FUMUS BONI IURIS . IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A AMPARAR A PRETENSÃO DOS ORA IMPETRANTES. SEGURANÇA DENEGADA.

EXECUÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA COM BASE NO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97. EFICÁCIA IMEDIATA.

NÃO INCIDE A HIPÓTESE DO ART. 15 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990. INAPLICABILIDADE DO ART. 520 DO CPC. NÃO VISLUMBRADA A OCORRÊNCIA DO RISCO DE HAVER DECISÕES CONTRADITÓRIAS. AUSENTE O *FUMUS BONI IURIS*. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A AMPARAR A PRETENSÃO DOS ORA IMPETRANTES. SEGURANÇA DENEGADA. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.135 – MEDIDA CAUTELAR Nº 102 - CLASSE 07 E MANDADO DE SEGURANÇA Nº 417 – CLASSE 3, AMBOS EM 11/04/2005.

REDATOR DESIGNADO: IVAN NUNES FERREIRA

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/04/2005, PÁGINA 1-2.

• **CABIMENTO - TERCEIRO PREJUDICADO - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

EMENTA:

INADMITIDO O RECURSO INTENTADO POR TERCEIRO PREJUDICADO. O EXAME DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE COMPETE A ESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.400 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 190 - CLASSE 19, EM 18/07/2005.

RELATOR: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/07/2005, PÁGINA 02 E 29/07/2005, PÁGINA 01.

- **CERCEAMENTO DE DEFESA - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

EMENTA:

OCORRÊNCIA DO CERCEAMENTO DE DEFESA. CONFERIDA NULIDADE A PARTIR DE FLS. 23. VIOLADO O DISPOSTO NO ART. 51 DA RES. Nº 21609/04 DO TSE.

AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PARTIDO APÓS A EMISSÃO DO PARECER TÉCNICO QUE CONCLUIU PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

OCORRÊNCIA DO CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLADO O DISPOSTO NO ART. 51 DA RES. Nº 21609/04 DO TSE. DADO PROVIMENTO AO RECURSO, PARA ACOLHER A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.488 – RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 42 - CLASSE 26, EM 01/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 14/09/2005, PÁGINA 02.

- **EFEITO SUSPENSIVO - PROCESSO CAUTELAR**

EMENTA:

INVIABILIDADE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INTERPOSTO EM SEDE DE MEDIDA CAUTELAR. AFASTADO O *FUMUS BONI IURIS*. INDEFERIMENTO.

MEDIDA CAUTELAR ONDE SE PRETENDE A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PROFERIDA COM BASE NO ARTIGO 41-A DA LEI 9.504/97. INVIABILIDADE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INTERPOSTO EM SEDE DE MEDIDA CAUTELAR. AFASTADO O *FUMUS BONI IURIS*. INDEFERIDA A MEDIDA CAUTELAR. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.611 - MEDIDA CAUTELAR Nº 119 - CLASSE 7, EM 07/11/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 11/11/2005, PÁGINA 01.

- **EFEITO SUSPENSIVO – REPRESENTAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI 9504/97**

EMENTA:

CONCEDIDO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO SINGULAR QUE CASSOU OS DIPLOMAS QUESTIONADOS. SUSPENSA A EFICÁCIA IMEDIATA DA SENTENÇA CALCADA NO ARTIGO 41-A DA LEI Nº 9.504/97.

CASSAÇÃO DE DIPLOMAS POR CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO, COM BASE NO ART. 41-A DA LEI 9.504/97. CADASTRAMENTO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ACONTECIDO EM PERÍODO PRÓXIMO ÀS ELEIÇÕES DE 2004. AGRAVO DE INSTRUMENTO RECEBIDO NO EFEITO DEVOLUTIVO.

O CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS NÃO É CONTUNDENTE EM ANÁLISE INICIAL. EXISTE O RISCO DE DANO IRREPARÁVEL. A PENA DE CASSAÇÃO SUPRIME A VONTADE POPULAR. O TSE TEM ADMITIDO A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO EM TAIS HIPÓTESES. RECONSIDERADA A DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCEDIDO O EFEITO SUSPENSIVO. DETERMINADA A REINTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS AGRAVANTES NOS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO. DADO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.430 - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 209 - CLASSE 19, EM 04/08/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/08/2005, PÁGINA 15.

• **LEGITIMIDADE REPRESENTAÇÃO - PARTIDO
POLÍTICO - COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA RETIRADA DA PROPAGANDA TIDA COMO IRREGULAR NO PRAZO DE 24 HORAS. ART. 72 DA RES. TSE 21.610/04. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO CONHECIMENTO DO BENEFICIÁRIO. ENTENDIMENTO ITERATIVO DESTA CORTE REGIONAL. RECURSO PROVIDO.

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA RETIRADA DA PROPAGANDA TIDA COMO IRREGULAR.

ENTENDIMENTO ITERATIVO DESTA CORTE REGIONAL. ART. 72 DA RES. TSE 21.610/04. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. POR MAIORIA DE VOTOS.

ACÓRDÃO Nº 28.188 - RECURSO ELEITORAL Nº 4053 - CLASSE 13, EM 02/05/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/05/2005, PÁGINA 04.

• **LEGITIMIDADE REPRESENTAÇÃO - PARTIDO
POLÍTICO - COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA**

EMENTA:

ILEGITIMIDADE ATIVA DO RECORRENTE. O PARTIDO COLIGADO NÃO PODE POSTULAR EM JUÍZO, ISOLADAMENTE, SOBRE QUESTÕES ATINENTES À DISPUTA ELEITORAL. ACOLHIDA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. UNÂNIME.

**ACÓRDÃO N° 28.338 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART. 22 LEI COMPLEMENTAR 64/90 N° 130 - CLASSE 31, EM 20/06/2005.
RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 28/06/2005, PÁGINA 02.**

• **LEGITIMIDADE REPRESENTAÇÃO - PARTIDO
POLÍTICO - COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA**

EMENTA:

ILEGITIMIDADE DO PARTIDO RECORRENTE. O PARTIDO, UMA VEZ COLIGADO, NÃO PODERÁ AJUIZAR AÇÃO ISOLADAMENTE. EXTINTO O FEITO.

**ACÓRDÃO N° 28.356 - RECURSO ELEITORAL N°4121 - CLASSE 13, EM 27/06/2005.
RELATOR: JUIZ GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/07/2005, PÁGINA 02.**

• **NOTIFICAÇÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**

EMENTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA ELEITORAL. NULIDADE DA SENTENÇA ARGUÍDA PELO PARQUET EM AMBOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO. REJEITADA. FALTA DE INTERVENÇÃO. CONSIDERADA VÁLIDA A INTIMAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL PERANTE O JUÍZO SINGULAR. MANTIDA A DECISÃO A QUO QUE APROVA AS CONTAS, COM RESSALVAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ARGÜIÇÃO DE NULIDADE REJEITADA. FALTA DE INTERVENÇÃO. CONSIDERADA VÁLIDA A INTIMAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL PERANTE O JUÍZO SINGULAR. MANTIDA A DECISÃO A QUO QUE APROVA AS CONTAS, COM RESSALVAS. REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E, NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

**ACÓRDÃO N 28.452 - RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS N° 123 - CLASSE 26, 18/08/2005.
RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/09/2005, PÁGINA 01.**

• **NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - PROPAGANDA ELEITORAL**

EMENTA:

PROPAGANDA ELEITORAL. IRREGULAR LOCALIZADA EM VIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA, POR REALIZAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM VIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO.

NÃO CARACTERIZAÇÃO DO PRÉVIO CONHECIMENTO SOBRE A COLOCAÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR, CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA A APLICAÇÃO DAS MULTAS PREVISTAS PELA LEI Nº 9.504/97, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 72 DA RESOLUÇÃO TSE 21.610/2004. RECURSO PROVIDO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.022 - RECURSO ELEITORAL Nº 4055 - CLASSE 13, EM 21/02/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 28/02/2005, PÁGINA 02.

- **NULIDADE – DIREITO DE DEFESA – INTERROGATÓRIO**

EMENTA:

FALTA DE DEPOIMENTO PESSOAL NO PROCESSO PENAL ELEITORAL. NULIDADE. ACOLHIMENTO.

OITIVA DO RÉU SOMENTE NO INQUÉRITO. FALTA DE DEPOIMENTO PESSOAL NO PROCESSO PENAL ELEITORAL.

O INTERROGATÓRIO É UM ATO DE DEFESA, AO QUAL QUALQUER ACUSADO TEM DIREITO. A NULIDADE PODE SER ALEGADA A QUALQUER TEMPO E EM QUALQUER GRAU DE JURISDIÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL E, PORTANTO, DE ORDEM PÚBLICA. ACOLHIMENTO DA NULIDADE. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.128 – RECURSO CRIMINAL Nº 81 - CLASSE 24, EM 06/04/2005.

REDATOR DESIGNADO: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 19/04/2005, PÁGINA 02.

- **PRAZO – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – DECADÊNCIA**

EMENTA:

PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. DECISÃO SINGULAR QUE ADMITIU O INGRESSO DOS AGRAVANTES NO PÓLO PASSIVO DE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL EM DATA POSTERIOR À DIPLOMAÇÃO. OCORRIDA A DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO DA AGRAVADA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO SINGULAR QUE ADMITIU O INGRESSO DOS AGRAVANTES NO PÓLO PASSIVO DE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL EM DATA POSTERIOR À DIPLOMAÇÃO.

APÓS AS ELEIÇÕES SOMENTE CABERIA A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO OU RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA. QUANTO A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL PROPOSTA APÓS A DIPLOMAÇÃO DO CANDIDATO PREVALECE O ENTENDIMENTO DE QUE OCORRE A DECADÊNCIA. POSICIONAMENTO DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA. CONSTATADA A DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO DA AGRAVADA. DADO PROVIMENTO AO -AGRAVO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.127 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 184 - CLASSE 19, EM 06/04/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 19/04/2005, PÁGINA 02.

• **PRAZO - ARGÜIÇÃO DE SUSPEIÇÃO**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - PRAZO - ART. 81 DO REGIMENTO INTERNO - INTEMPESTIVIDADE - ART. 79 DO RITRE - INTERESSE JURÍDICO - NÃO COMPROVAÇÃO - ILEGITIMIDADE - NÃO CONHECIMENTO DA EXCEÇÃO.

- CUIDA-SE DE EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO, ARGÜIDA PELO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS, EM FACE DO EXMO. SR. JUIZ MÁRCIO PACHECO DE MELLO, RELATOR DO RECURSO EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 20.

- COM EFEITO, A TEOR DO ART. 81 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE REGIONAL, AS EXCEÇÕES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DEVEM SER ARGÜIDAS NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, SOB PENA DE PRECLUSÃO. *IN CASU*, VERIFICO QUE O EXCIPIENTE DEIXOU TRANSCORRER *IN ALBIS* O PRAZO ASSINADO PELA NORMA REGIMENTAL.

- POR OUTRO LADO, AINDA QUE TEMPESTIVO O PRESENTE INCIDENTE, NO QUE CONCERNE À LEGITIMIDADE DO EXCIPIENTE, VERIFICO QUE, AO CONTRÁRIO DO AFIRMADO NA PETIÇÃO INICIAL, O PARTIDO POPULAR SOCIALISTA NÃO OCUPA POSIÇÃO DE PARTE, TAMPOUCO INTERVEIO NO PROCESSO PRINCIPAL COMO ASSISTENTE. SE É CERTO, POR UM LADO, QUE QUALQUER INTERESSADO, A TEOR DO ART. 79 DO RITRE, PODE ARGÜIR A SUSPEIÇÃO DOS MEMBROS DO TRIBUNAL, NOS CASOS PREVISTOS NA LEI PROCESSUAL CIVIL E POR MOTIVO DE PARCIALIDADE PARTIDÁRIA, NÃO SE PODE OLVIDAR QUE TAL INTERESSE DEVE OSTENTAR ALGUMA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, COMPROVADA PELO EXCIPIENTE EM SUA PETIÇÃO, O QUE, *IN CASU*, NÃO SE VISLUMBRA.

- EXCEÇÃO NÃO CONHECIDA.

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. PRAZO DO ART. 81 DO REGIMENTO INTERNO. INTEMPESTIVIDADE. ART. 79 DO RITRE. INTERESSE JURÍDICO NÃO COMPROVADO. NÃO CONHECIDA A EXCEÇÃO. UNÂNIME.

ACORDÃO Nº 28.601 – EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 18 - CLASSE 09, EM 24/10/2005.

RELATORA: DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 03/11/2005, PÁGINA 01.

• **PRAZO – RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA**

EMENTA:

O ATO DE DIPLOMAÇÃO É REQUISITO ESSENCIAL À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO QUE O GUERREIE. OS RECORRIDOS AINDA NÃO ESTAVAM DIPLOMADOS À DATA DE SUA INTERPOSIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

OS RECORRIDOS QUE NÃO ESTAVAM DIPLOMADOS À DATA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

O ATO DE DIPLOMAÇÃO É REQUISITO ESSENCIAL À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO QUE O GUERREIE. RECURSO NÃO CONHECIDO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.171 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 17- CLASSE 12, EM 27/04/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/05/2005, PÁGINA 04.

- **PRAZO - PROPAGANDA ELEITORAL**

EMENTA:

AFASTADA A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO ORA RECORRIDO. REJEITADA A PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO. ACOLHIDA A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR, UMA VEZ QUE A REPRESENTAÇÃO FOI AJUIZADA EM MOMENTO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A ELEIÇÃO QUESTIONADA.

ACÓRDÃO Nº: 28.245 - RECURSO ELEITORAL Nº 2507 - CLASSE 13, EM 19/05/2005.

RELATOR: MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 31/05/2005, PÁGINA 02.

- **PRECLUSÃO - IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA**

EMENTA:

REGISTRO DE CANDIDATURA DO RECORRIDO DEFERIDO E NÃO IMPUGNADO NO MOMENTO OPORTUNO. OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

ACÓRDÃO Nº 28.438 - RECURSO EM REPRESENTAÇÃO ART 22 LEI COMPLEMENTAR 64/90 Nº 100 - CLASSE 31, EM 08/08/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/08/2005, PÁGINA 02.

- **PRECLUSÃO - INELEGIBILIDADE - REJEIÇÃO DE CONTAS**

EMENTA:

INADMITIDA A JUNTADA DE NOVA DOCUMENTAÇÃO ANTE A SUA INTEMPESTIVIDADE. A IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA DEVE SER ALEGADA EM MOMENTO OPORTUNO. OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. AFASTADA A IMPUTAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

REJEIÇÃO DE CONTAS. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO. INADMITIDA A JUNTADA DE NOVA DOCUMENTAÇÃO ANTE A SUA INTEMPESTIVIDADE. A IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA DEVE SER ALEGADA EM MOMENTO OPORTUNO. OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. AFASTADA A IMPUTAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.429 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 10 - CLASSE 12, EM 04/08/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 10/08/2005, PÁGINA 01.

- **PROVA - AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO**

EMENTA:

NECESSIDADE DA OITIVA DE TESTEMUNHAS COM BASE NO ART. 5º PARÁGRAFO 3º DA LC Nº 64/1990. FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. CASSADO O EFEITO SUSPENSIVO ANTERIORMENTE DEFERIDO.

AGRAVO REGIMENTAL EM QUE O AGRAVANTE SE INSURGE CONTRA A DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO DOS AGRAVADOS NO SENTIDO DE REALIZAR UMA SEGUNDA AUDIÊNCIA PARA OITIVA DE DUAS TESTEMUNHAS, QUE NÃO FORAM OUVIDAS NA PRIMEIRA ASSENTADA. HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 5º, § 3º DA LC Nº 64/1990. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO PODE TER COMO CONSEQÜÊNCIA A CASSAÇÃO DO DIPLOMA DO CANDIDATO ELEITO PELAS URNAS EM VOTAÇÃO POPULAR. O PROCEDIMENTO TEM NATUREZA PÚBLICA. PRINCÍPIO DA VERDADE REAL. É RAZOÁVEL QUE O JUIZ POSSA FORMAR A SUA CONVICÇÃO A PARTIR DE ELEMENTOS SEGUROS ACERCA DOS FATOS CONTROVERSOS POSTOS EM ANÁLISE. DADO PROVIMENTO AO AGRAVO PARA AFASTAR O EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO EM SEDE LIMINAR. UNÂNIME.

**ACÓRDÃO: Nº 28.441 - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 211 - CLASSE 19, EM 15/08/2005.
RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/08/2005, PÁGINA 02.**

- **PROVA TESTEMUNHAL – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO**

EMENTA:

CONSTATADA A LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO PARTIDO-RECORRENTE. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA PRODUZIDA SEM O CRIVO DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA DE PROVA NOS AUTOS DE QUE A SUPOSTA IRREGULARIDADE APONTADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS TRADUZA NA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. RECURSO DESPROVIDO.

CONSTATADA A LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO PARTIDO-RECORRENTE. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA PRODUZIDA SEM O CRIVO DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA DE PROVA NOS AUTOS DE QUE A SUPOSTA IRREGULARIDADE APONTADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS TRADUZA NA PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA E, NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

**ACÓRDÃO Nº 28.683 - RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO Nº 36 - CLASSE 36, EM 15/12/2005.
RELATOR: JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/01/2006, PÁGINA 02.**

- **PROVA - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA**

EMENTA:

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ARTIGO 262, INCISO IV, DO CÓDIGO ELEITORAL. INTEMPESTIVIDADE. INEXISTÊNCIA. TERMO A QUO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 240 DO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. GARANTIA DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. ARTIGO 73, INCISO VI, DA LEI 9504/97. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA. RECURSO PROVIDO.

**ACÓRDÃO Nº 28.509 - RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO Nº 25 - CLASSE 12, EM 15/09/2005.
RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.**

P

►PARTIDO POLÍTICO

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA**

EMENTA:

INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE POSSAM AFERIR O EXAME DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIA ESPECÍFICA. CARÊNCIA DE RECIBOS ELEITORAIS. PERDA DO DIREITO AO RECEBIMENTO DA COTA PARTIDÁRIA. RECURSO DESPROVIDO.

**ACORDÃO Nº 28.606 – RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 150
- CLASSE 26, EM 27/10/2005.**

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 08/11/2005, PÁGINA 02.**

- **PROPAGANDA PARTIDÁRIA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROCEDÊNCIA EM PARTE. VEICULAÇÃO DA IMAGEM DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO EM VÍDEO DE PROPAGANDA INSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

VÍDEO, ONDE PREFEITO, CANDIDATO À REELEIÇÃO, FAZ ALUSÃO ÀS SUAS REALIZAÇÕES COMO CHEFE DO EXECUTIVO. PROPAGANDA INSTITUCIONAL.

O PONTO NODAL DA CONTROVÉRSIA NÃO FOI A VEICULAÇÃO DE IMAGENS DE PRÉDIOS PÚBLICOS. O QUE É VEDADO É A VEICULAÇÃO DAS IMAGENS DO PREFEITO, EM VÍDEO QUE OBJETIVAVA DIVULGAR AS REALIZAÇÕES DA MUNICIPALIDADE.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

**ACÓRDÃO Nº 28.018 – RECURSO ELEITORAL Nº 2767 – CLASSE 13,
EM 21/02/2005.**

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 28/02/2005, PÁGINA 01.**

• PROPAGANDA PARTIDÁRIA

EMENTA:

AS PROPAGANDAS FORAM RETIRADAS REGULARMENTE. O RECORRIDO, À ÉPOCA, NÃO ERA CANDIDATO. RECURSO DESPROVIDO.

PROPAGANDA REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2004.

O PREFEITO NÃO ERA CANDIDATO À REELEIÇÃO, POIS SE ENCONTRAVA EM SEU SEGUNDO MANDATO. AS PROPAGANDAS FORAM RETIRADAS TÃO LOGO DETERMINADO PELA JUSTIÇA ELEITORAL.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACORDÃO Nº 28.230 - RECURSO ELEITORAL Nº 3973 - CLASSE 13, EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/05/2005, PÁGINA 04.

• PROPAGANDA PARTIDÁRIA

EMENTA:

AFASTADAS AS PRELIMINARES DE LITISPENDÊNCIA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE TENHA SIDO VEICULADA EM PERÍODO VEDADO.

AFASTADAS AS PRELIMINARES DE LITISPENDÊNCIA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE TENHA SIDO VEICULADA EM PERÍODO VEDADO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE AS PRELIMINARES DE LITISPENDÊNCIA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E, NO MÉRITO, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ACÓRDÃO Nº 28.336 - RECURSO ELEITORAL Nº 3457 - CLASSE 13, EM 20/06/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 24/06/2005, PÁGINA 02.

• PROPAGANDA PARTIDÁRIA

EMENTA:

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. INOCORRÊNCIA. HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO. CONVITES QUE NÃO CARACTERIZAM PROPAGANDA INSTITUCIONAL. RECURSO PROVIDO.

PROPAGANDA EM HORÁRIO GRATUITO. CONVITES QUE NÃO CARACTERIZAM PROPAGANDA INSTITUCIONAL. DADO PROVIMENTO AO RECURSO, PARA JULGAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. POR MAIORIA.

ACÓRDÃO Nº 28.563 - RECURSO ELEITORAL Nº 3981 - CLASSE 13, EM 03/10/2005.

REDATOR DESIGNADO: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 11/10/2005, PÁGINA 04.

- **PROPAGANDA PARTIDÁRIA**

EMENTA:

INSERÇÕES. DIRETÓRIO REGIONAL DO PFL. PROGRAMA POLÍTICO-PARTIDÁRIO. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006. PEDIDO FORMULADO A DESTEMPO. HIPÓTESE EXCEPCIONAL. COMPROVADA A EXISTÊNCIA DO FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR. DEFERIMENTO TENDO EM VISTA AS PECULIARIEDADES DA HIPÓTESE, COM A EXISTÊNCIA DE ANTECEDÊNCIA SUFICIENTE A POSSIBILITAR AS INSERÇÕES.

DECISÃO: POR MAIORIA, DEFERIU-SE O PEDIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. VENCIDA A JUÍZA JACQUELINE MONTENEGRO

ACÓRDÃO Nº 28.692 - REQUERIMENTO Nº 265 - CLASSE 32, EM 19/12/2005.

RELATOR: JUIZ RODRIGO LINS E SILVA CANDIDO DE OLIVEIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/01/2006, PÁGINA 02.

► **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO**

EMENTA:

DEMONSTRADA A REAL MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS NA CAMPANHA DO CANDIDATO. CONTAS APROVADAS. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.451 - PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 97 - CLASSE 26, EM 18/08/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/08/2005, PÁGINA 04.

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO**

EMENTA:

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. PLEITO MAJORITÁRIO. ELEIÇÕES 2004. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REALIZADA NA CONTA CORRENTE DO RESPECTIVO COMITÊ FINANCEIRO. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO TSE. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.483 – RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 99 - CLASSE 26, EM 29/08/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/09/2005, PÁGINA 02.

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO**

EMENTA:

CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES DE 2004. APRECIÇÃO SUPERIOR PELO ÓRGÃO CONTÁBIL DESTE TRIBUNAL. APROVAÇÃO. CARÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DE SUPOSTAS DOAÇÕES EFETUADAS ACIMA DO LIMITE LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.502 – RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 70 - CLASSE 26, EM 12/09/2005.

RELATOR: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/09/2005, PÁGINA 02.

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS - RECIBOS ELEITORAIS**

EMENTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS. INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 7º E 20º DA RESOLUÇÃO Nº 21.609/TSE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

EXISTÊNCIA DE DOAÇÕES DE AMIGOS, DE PARENTES E DO PARTIDO. AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS.

NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES EMPREGADOS EM CAMPANHA, PARA CONTROLE DA JUSTIÇA ELEITORAL, MESMO QUE DE PEQUENO VULTO. INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 7º E 20 DA RESOLUÇÃO Nº 21.609/TSE. CONTAS REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.630 – RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS - Nº 153 - CLASSE 26, EM 16/11/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 24/11/2005, PÁGINA 01.

► PROPAGANDA

- **BENS DE USO COMUM**

EMENTA:

VEDADA A REALIZAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE AMPLO ACESSO AO PÚBLICO EM GERAL.

DECISÃO: POR MAIORIA, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDO O DES. FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO QUE LHE DAVA PROVIMENTO

ACÓRDÃO Nº 28.233 - RECURSO ELEITORAL Nº 4028 - CLASSE 13, EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 24/05/2005, PÁGINA 02.

- **BENS DE USO COMUM**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROCEDÊNCIA. PROPAGANDA ELEITORAL. AFIXAÇÃO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE AMPLO ACESSO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO § 1º, DO ARTIGO 14, DA RESOLUÇÃO TSE 21.610/2004. RECURSO DESPROVIDO.

PROPAGANDA ELEITORAL AFIXADA EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE AMPLO ACESSO AO PÚBLICO.

VIOLAÇÃO DO § 1º, DO ARTIGO 14 DA RESOLUÇÃO TSE 21.610/2004. IMPOSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.464 - RECURSO ELEITORAL Nº 4123 - CLASSE 13, EM 25/08/2005.

RELATOR: DES ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/08/2005, PÁGINA 02.

- **BENS PARTICULARES**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ELEITORAL. BEM DE USO COMUM. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO CONCEITO, POSTO QUE JÁ ELASTECIDO NA SEARA ELEITORAL. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.096 - RECURSO ELEITORAL Nº 3648 - CLASSE 13, EM 28/03/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 05/04/2005, PÁGINA 02.

- **BENS PARTICULARES**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. REALIZADA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ELEITORAL. FAIXA AFIXADA EM ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 14, § 1º DA RES. TSE 21.610/04. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.138 - RECURSO ELEITORAL Nº 3716 - CLASSE 13, EM 11/04/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 25/04/2005, PÁGINA 02.

- **BENS PARTICULARES**

EMENTA:

PEÇA PUBLICITÁRIA FIXADA NO TELHADO DE IMÓVEL PRIVADO. PROVIDO O RECURSO
DECISÃO: POR MAIORIA, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO, VENCIDO O RELATOR. DESIGNADO PARA REDATOR DO ACÓRDÃO O JUIZ IVAN NUNES FERREIRA.

ACÓRDÃO Nº 28.246 - RECURSO ELEITORAL Nº 3641 - CLASSE 13, EM 19/05/2005.

RELADOR: JUIZ IVAN NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 25/05/2005, PÁGINA 02.

- **BENS PÚBLICOS**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. VIOLAÇÃO À LEI 9504/97. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 27.998 - RECURSO ELEITORAL Nº 4047 - CLASSE 13, EM 01/02/2005.

RELATOR: DES PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 25/02/2005, PÁGINA 02.

- **BENS PÚBLICOS**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. AFIXAÇÃO DE GALHARDETE EM POSTE PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DANO. RECURSO PROVIDO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 37 DA LEI Nº 9504/97.

ACÓRDÃO: Nº 28.021 – RECURSO ELEITORAL Nº 4052 –CLASSE: 13, EM 21/02/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 28/02/2005, PÁGINA 02.

- **BENS PÚBLICOS**

EMENTA:

A COLOCAÇÃO DAS PROPAGANDAS QUESTIONADAS SÃO PERMITIDAS APENAS DURANTE A REALIZAÇÃO DE COMÍCIOS ELEITORAIS. PROPAGANDAS REGULARMENTE RETIRADAS APÓS O TÉRMINO DESTES COMÍCIOS.

FAIXAS COLOCADAS EM GRADES DURANTE A REALIZAÇÃO DE COMÍCIOS. PROPAGANDAS REGULARMENTE RETIRADAS APÓS O TÉRMINO DO EVENTO. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.060 – RECURSO ELEITORAL Nº 4046 – CLASSE 13, EM 10/03/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 03.

- **BENS PÚBLICOS**

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 14 DA RESOLUÇÃO TSE 21.610/2004. SANÇÃO APLICADA NO PATAMAR MÁXIMO. AUSÊNCIA DE PROVA DA REINCIDÊNCIA RECURSO PROVIDO EM PARTE.'

ACÓRDÃO Nº 28.076 – RECURSO ELEITORAL 4044 – CLASSE 13, EM 17/03/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/03/2005, PÁGINA 02.

- **CARTILHA DE ASSOCIAÇÃO CIVIL**

EMENTA:

AUSÊNCIA DE PROPAGANDA ELEITORAL ILÍCITA NA DIVULGAÇÃO DE CARTILHA DE ASSOCIAÇÃO CIVIL.

ACÓRDÃO Nº 28.054 – RECURSO ELEITORAL Nº 3954 – CLASSE 13, EM 07/03/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 03.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL REALIZADA A DESTEMPO. REVISTA VEICULADA COM FINALIDADES ELEITORAIS IMPLICANDO QUEBRA DO PRINCÍPIO DA PARS CONDITIO. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.140 – RECURSO ELEITORAL Nº 3726 - CLASSE 13, EM 14/04/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 02/05/2005, PÁGINA 01.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

REJEITADA A PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. NO MÉRITO, RESTOU EVIDENCIADA A INTENÇÃO DO RECORRENTE EM PROMOVER-SE EXTEMPORANEAMENTE. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.231 - RECURSO ELEITORAL Nº 3978 - CLASSE 13, EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 23/05/2005, PÁGINA 05.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

CONSTATADA A VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE AMBOS OS RECORRENTES. DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.232 - RECURSO ELEITORAL Nº 4025 - CLASSE 13, EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 24/05/2005, PÁGINA 02.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

OS ANÚNCIOS PUBLICADOS POSSUEM CONOTAÇÃO POLÍTICA. COMPROMETIMENTO DA LISURA DO PROCESSO ELEITORAL. APLICADA A PENA DE MULTA EM SEU GRAU MÍNIMO. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.244 - RECURSO ELEITORAL Nº 2498 - CLASSE 13, EM 19/05/2005.

RELATOR DESIGNADO: JUIZ IVAN NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/05/2005.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA SITUADA DENTRO DE REGULAR CRÍTICA ADMINISTRATIVA. FALTA DE IMBRICAÇÃO COM A ATIVIDADE ELEITORAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

APLICAÇÃO DE MULTA EM RAZÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA CONSISTENTE EM PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA EM JORNAL LOCAL.

PROPAGANDA SITUADA DENTRO DOS LIMITES DE UMA CRÍTICA ADMINISTRATIVA. FALTA DE IMBRICAÇÃO COM A ATIVIDADE ELEITORAL. SENTENÇA REFORMADA. POR MAIORIA, CONHECIDO O RECURSO. NO MÉRITO, DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.248 - RECURSO ELEITORAL Nº 3665 - CLASSE 13, EM 19/05/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 25/05/2005, PÁGINA 02.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO TSE 21.610/04. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REJEITADAS AS PRELIMINARES ARGUÍDAS. NO MÉRITO, PROVIDOS, EM PARTE, OS RECURSOS PARA ISENTAR OS RECORRENTES DO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS FIXADOS EM PRIMEIRO

GRAU.-RECURSO ELEITORAL INTERPOSTO PELA RADIO SERRAMAR FM E PELO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 62ª ZONA ELEITORAL, QUE JULGOU PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO AJUIZADA PELO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL, AO ENTENDER CONFIGURADA A PRÁTICA DE PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA, RAZÃO PELA QUAL CONDENOU OS DOIS RECORRENTES, SOLIDARIAMENTE, AO PAGAMENTO DE MULTA NO VALOR DE R\$ 21.282,00, ALÉM DE CONDENÁ-LOS NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS, FIXADOS NO PERCENTUAL DE 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO.-REJEITADAS AS PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL.-RECONHECIDA A CORREÇÃO DO *DECISUM* DE PRIMEIRO GRAU, QUANTO À CONSTATAÇÃO DA PRÁTICA DA PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA, A ENSEJAR A COMINAÇÃO DE PENA IMPOSTA NO ARTIGO 3º, § 4º DA RESOLUÇÃO TSE 21,610/04.-DETERMINADA A ISENÇÃO DOS RECORRENTES AO PAGAMENTO DE ÔNUS SUCUMBENCIAIS, POR NÃO SEREM DEVIDOS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-ELEITORAL, COMO OCORRE NA HIPÓTESE EM EXAME.-PROVIDOS, EM PARTE, OS RECURSOS.

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO TSE 21.610/04. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REJEITADAS AS PRELIMINARES ARGUÍDAS. NO MÉRITO, PROVIDOS, EM PARTE, OS RECURSOS PARA ISENTAR OS RECORRENTES DO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS FIXADOS EM PRIMEIRO GRAU
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ACÓRDÃO Nº 28.249 - RECURSO ELEITORAL Nº 4077 - CLASSE 13, EM 19/05/2005.

RELATOR: PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/05/2005, PÁGINA 02.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

A MENSAGEM PUBLICITÁRIA SE REVESTE DA NATUREZA DE MERA PROMOÇÃO PESSOAL EM APELO ELEITORAL. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.268 - RECURSO ELEITORAL Nº 2738 - CLASSE 13, EM 23/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 31/05/2005.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. ENTREVISTA EM RÁDIO. JULGADA IMPROCEDENTE. DESPROVIDO O RECURSO MINISTERIAL.- RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, OBJETIVANDO A REFORMA DA R. DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 90ª ZONA ELEITORAL - VOLTA REDONDA, QUE, CUMPRINDO O V. ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA C. CORTE, JULGOU IMPROCEDENTE O

PEDIDO AUTORAL, AO RECONHECER A AUSÊNCIA, NA HIPÓTESE, DE INFRAÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS PELO RECORRENTE, QUAIS SEJAM, ART. 36 DA LEI 9504/97 E ART. 3º DA RESOLUÇÃO TSE 21.610/04, NA MEDIDA EM QUE NÃO VISLUMBROU A PRÁTICA DA PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA ALEGADA PELO RECORRENTE.- RECONHECIDA A CORREÇÃO DO *DECISUM* DE PRIMEIRO GRAU, UMA VEZ QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADA, NOS AUTOS, A PRÁTICA DA PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR, PRIMEIRO PORQUE VEICULADA QUATRO MESES ANTES DO PLEITO E SEGUNDO PORQUE, À ÉPOCA, AINDA NÃO HAVIAM CANDIDATOS ESCOLHIDOS AO PLEITO MUNICIPAL.- CONSIDERADA REGULAR A ENTREVISTA DADA PELO PRIMEIRO RECORRIDO, ESPECIALMENTE POR SE TRATAR DE VEREADOR, DETENTOR DE MANDATO ELETIVO, SENDO, PORTANTO, NORMAL A UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DISPONÍVEIS PARA DIVULGAR PROJETOS E PRESTAR CONTAS DE SUA ATUAÇÃO JUNTO À POPULAÇÃO.- DESPROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.357 - RECURSO ELEITORAL Nº 4122 - CLASSE 13, EM 27/06/2005.

RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/07/2005, PÁGINA 02.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

EXISTÊNCIA DE PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 36 DA LEI Nº 9504/97. MATÉRIA VEICULADA EM PERIÓDICO DOTADA DE CONOTAÇÃO POLÍTICA. PRÉVIO CONHECIMENTO CARACTERIZADO. FATO PÚBLICO E NOTÓRIO. RECURSO DESPROVIDO.

MATÉRIA DOTADA DE CONOTAÇÃO POLÍTICA, VEICULADA EM PERIÓDICO. PRÉVIO CONHECIMENTO CARACTERIZADO.

FATO PÚBLICO E NOTÓRIO. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 36 DA LEI Nº 9504/97. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.485 - RECURSO ELEITORAL Nº 4128 - CLASSE 13, EM 01/09/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/09/2005, PÁGINA 02.

- **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. INFLUÊNCIA SOBRE OS ELEITORES NA ESCOLHA DO CANDIDATO. AFRONTA AOS ARTIGOS 36, § 3º, DA LEI Nº 9.504/97 E 3º, § 4º, DA RESOLUÇÃO Nº 21.610/04 - TSE. PROVIMENTO PARCIAL. REDUÇÃO DA MULTA AO MÍNIMO LEGAL.

ACÓRDÃO Nº 28.529 - RECURSO ELEITORAL Nº 4069 - CLASSE 13, EM 19/09/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 23/09/2005, PÁGINA 02.**

• **EXTEMPORÂNEA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. IMPROVIMENTO. AUSÊNCIA DE PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 22, § 3 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 21.610/2004.

REPRESENTAÇÃO CONTRA JORNAL JULGADA IMPROCEDENTE. ALEGAÇÃO DE QUE O JORNAL BENEFICIA CANDIDATO, PUBLICA PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR E DIFAMA DETERMINADO CANDIDATO.

AS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS FORAM PUBLICADAS DENTRO DO PERÍODO ELEITORAL. NÃO CARACTERIZADA A PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO JORNAL NA PUBLICAÇÃO DA PESQUISA. REPUBLICAÇÃO JÁ VEICULADA POR OUTRO JORNAL, INDICANDO A FONTE INFORMATIVA. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA À LEI Nº 9.504/97 PARA O CASO CONCRETO. A RESOLUÇÃO TSE Nº 21.610/04 DISPÕE NO ART. 22, § 3º, A POSSIBILIDADE DA IMPRENSA ESCRITA, COM FIM JORNALÍSTICO, DIVULGAR OPINIÃO FAVORÁVEL A CANDIDATO. OS ABUSOS, QUE CONFIGUREM USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DEVEM SER COIBIDOS COM A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/90, E NÃO EM SEDE DE REPRESENTAÇÃO POR AFRONTA A LEI Nº 9.504/97. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

**ACÓRDÃO Nº 28.605 - RECURSO ELEITORAL Nº 4149 - CLASSE 13,
EM 26/10/2005.**

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 04/11/2005, PÁGINA 02.**

• **HORÁRIO GRATUÍTO**

EMENTA:

MATÉRIA VEICULADA EM HORÁRIO DE PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA. CRÍTICA INSERIDA NO ÂMBITO POLÍTICO-PARTIDÁRIO. OFENSA À HONRA OU À IMAGEM NÃO CARACTERIZADA. RECURSO DESPROVIDO.

**ACÓRDÃO Nº 28.462 - RECURSO ELEITORAL Nº 3886 - CLASSE 13,
EM 25/08/2005.**

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 02/09/2005, PÁGINA 02.**

• **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

EXISTÊNCIA DE DÚVIDA QUANTO AO ENGAJAMENTO DA RECORRENTE NA VEICULAÇÃO DE OPINIÃO FAVORÁVEL A DETERMINADO CANDIDATO.

EXISTÊNCIA DE DÚVIDA QUANTO AO ENGAJAMENTO DA RECORRENTE NA VEICULAÇÃO DE OPINIÃO FAVORÁVEL A DETERMINADO CANDIDATO
DECISÃO: POR MAIORIA DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO. DESIGNADO PARA REDATOR DO ACÓRDÃO O DES. FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO.

ACÓRDÃO Nº 28.043 – RECURSO ELEITORAL 3937 - CLASSE: 13, EM: 07/03/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 03.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

SUPERADA A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. O INFORMATIVO QUESTIONADO DIVULGOU PROPAGANDA ELEITORAL DE FORMA IRREGULAR. RECURSO DESPROVIDO.

SUPERADA A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. O INFORMATIVO QUESTIONADO DIVULGOU PROPAGANDA ELEITORAL DE FORMA IRREGULAR. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.057 - RE - RECURSO ELEITORAL Nº 4072 - CLASSE 13, EM 07/03/2005.

RELATOR: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/03/2005, PÁGINA 02.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 45, INCISOS III E IV, DA LEI 9.504/97. PRELIMINARES DE CARÊNCIA POSTULATÓRIA E DE CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.315 - RECURSO ELEITORAL Nº 3980 - CLASSE 13, EM 09/06/2005.

RELATOR DES ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 22/06/2005, PÁGINA 1-2.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

RECLAMAÇÃO. AJUIZAMENTO. ANALOGIA AO ARTIGO 22, I. "A", LC Nº 64/90. PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. ENTREVISTA JORNALISTICA. TRATAMENTO PRIVILEGIADO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PARS CONDITIO. VIOLADO O DISPOSTO NO ARTIGO 45 DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO NEGADO.

RECLAMAÇÃO. AJUIZAMENTO. ANALOGIA AO ARTIGO 22, I. "A", LC Nº 64/90. PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. ENTREVISTA JORNALISTICA. TRATAMENTO PRIVILEGIADO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PARS CONDITIO. VIOLADO O DISPOSTO NO ARTIGO 45 DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO NEGADO.

ACÓRDÃO Nº 28.456 - RECURSO ELEITORAL Nº 3928 - CLASSE 13, EM 22/08/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 26/08/2005, PÁGINA 04.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. ARTIGO 43 DA LEI Nº 9.504/97 C/C ARTIGO 22 DA RESOLUÇÃO Nº 21.610 DO TSE. RECURSO PROVIDO. RECORRIDOS CONDENADOS AO PAGAMENTO DA MULTA MÍNIMA. R\$ 1.064,10, CONSOANTE O DISPOSTO NO § 1º, ARTIGO 22, DA RESOLUÇÃO Nº 21.610 DO TSE.
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.561 - RECURSO ELEITORAL Nº 4112 - CLASSE 13, EM 03/10/2005.

RELATOR: MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 11/10/2005, PÁGINA 04.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. CRÍTICAS AO GOVERNO MUNICIPAL. NÃO SE CARACTERIZOU VIOLAÇÃO AO ART. 45, § 2º, DA LEI Nº 9.096/95. INOCORRÊNCIA DOS INCISOS III, VI E IX, ARTIGO 9º, DA RESOLUÇÃO Nº 21.610 - TSE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANTIDA A SENTENÇA DO JUÍZO MONOCRÁTICO.

ACÓRDÃO Nº 28.562 - RECURSO ELEITORAL Nº 4141 - CLASSE 13, EM 03/10/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 11/10/2005, PÁGINA 04.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO – IMPRENSA ESCRITA**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. PROPAGANDA ELEITORAL. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 43 DA LEI 9504/97. MULTA FIXADA EM PATAMAR EXCESSIVO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

ACÓRDÃO Nº 28.067 – RECURSO ELEITORAL Nº 3860 - CLASSE 13, EM 14/03/2005.

RELATOR: DES MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/03/2005, PÁGINA 02.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO – IMPRENSA ESCRITA – PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

A MATÉRIA JORNALÍSTICA QUESTIONADA NÃO VISLUMBRA QUALQUER INVERDADE. A NATUREZA DE PESQUISA ELEITORAL NÃO RESTOU EVIDENCIADA.

ACÓRDÃO Nº 28.168 – RECURSO ELEITORAL Nº 4095 - CLASSE 13, EM 27/04/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/05/2005, PÁGINA 04.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO – MENSAGENS TELEFÔNICAS**

EMENTA:

OCORRIDA UTILIZAÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS QUE SERVEM A ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA REALIZAR PROPAGANDA ELEITORAL. INCIDÊNCIA DO PARÁGRAFO 1º DO ART. 37 DA LEI Nº 9.504/97.

UTILIZAÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS QUE SERVEM A ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA REALIZAR PROPAGANDA ELEITORAL.

AS MENSAGENS TELEFÔNICAS VEICULADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONFIGURAM OSTENSIVA PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR A FAVOR DE CANDIDATO. INCIDÊNCIA AO ARTIGO 14, § 7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 21.610/04 E ARTIGO 37, § 1º, DA LEI Nº 9.504/97. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.212 – RECURSO ELEITORAL Nº 3355 - CLASSE 13, EM 09/05/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/05/2005, PÁGINA 01.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO – RÁDIO**

EMENTA:

ENTREVISTA VEICULADA NA RÁDIO. AUSÊNCIA DE PROPAGANDA DE CUNHO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.062 - RECURSO ELEITORAL Nº 3813 - CLASSE 13, EM 10/03/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/03/2005, PÁGINA 02.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO – RÁDIO**

EMENTA:

PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. PROPAGANDA EXIBIDA DURANTE VÁRIOS DIAS NA RÁDIO LOCAL. PRESUMIDO, PELO TEOR, O PRÉVIO CONHECIMENTO. O VALOR DA MULTA IMPOSTA, SOLIDARIAMENTE, DEVE SER REDUZIDA AO PATAMAR MÍNIMO LEGAL.

PROPAGANDA EXIBIDA DURANTE VÁRIOS DIAS NA RÁDIO LOCAL, EM PERÍODO ANTERIOR AO PERMITIDO NA LEI.

PRESUMIDO, PELO TEOR, O PRÉVIO CONHECIMENTO DO BENEFICIÁRIO. O VALOR DA MULTA IMPOSTA, SOLIDARIAMENTE, DEVE SER REDUZIDO AO PATAMAR MÍNIMO LEGAL. DADO PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.313 - RECURSO ELEITORAL Nº 3791 - CLASSE 13, EM 09/06/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 16/06/2005, PÁGINA 04.

- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO – TELEVISÃO**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA. REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE. PROPAGANDA SUBLIMINAR. INSERÇÕES EM PROGRAMAÇÃO ROTINEIRA. RESPONSABILIDADE DO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

INSERÇÕES DE PROPAGANDA EM PROGRAMAÇÃO ROTINEIRA.
PROPAGANDA SUBLIMINAR DE RESPONSABILIDADE DO VEÍCULO DE
COMUNICAÇÃO. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

**ACÓRDÃO Nº 28.447 - RECURSO ELEITORAL Nº 4001 - CLASSE 13,
EM 18/08/2005.**

RELATOR: DES ROBERTO WIDER.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 18/08/2005, PÁGINA 04.**

- **OUTDOOR**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. PROPAGANDA ELEITORAL VEICULADA EM OUTDOOR NÃO SUBMETIDO AO SORTEIO PREVISTO NA LEI 9.504/97. RECURSO DESPROVIDO.

**ACÓRDÃO Nº 28.025 - RECURSO ELEITORAL Nº 3842 - CLASSE 13,
EM 24/02/2005.**

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 08/03/2005, PÁGINA 06.**

- **OUTDOOR**

EMENTA:

ENGENHOS PUBLICITÁRIOS ASSEMELHADOS A OUTDOOR. VIOLADO O PRINCÍPIO DA IGUALDADE QUE DEVE NORTEAR A DISPUTA ELEITORAL.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

**ACÓRDÃO Nº 28.042 - RECURSO ELEITORAL 3913 - CLASSE 13, EM
07/03/2005.**

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

**PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA
17/03/2005, PÁGINA 02-03.**

- **OUTDOOR**

EMENTA:

PROPAGANDA ELEITORAL. OUTDOOR SUBMETIDO AO SORTEIO PREVISTO NO ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO 21610. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.068 – RECURSO ELEITORAL 3912 - CLASSE 13, EM 14/03/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/03/2005, PÁGINA 02.

- **OUTDOOR**

EMENTA:

PEÇA PUBLICITÁRIA ASSEMELHADA A *OUTDOOR*. AUSÊNCIA DE PRÉVIO SORTEIO. MULTA.

DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM PEÇA PUBLICITÁRIA ASSEMELHADA A *OUTDOOR*, NÃO SUBMETIDA A SORTEIO.

CONFIGURA-SE NUMA BURLA À LEGISLAÇÃO ELEITORAL VIGENTE À ÉPOCA. O ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO Nº 21.610/04, BEM COMO O ARTIGO 42 DA LEI 9.504/97, DETERMINAM EXPRESSAMENTE QUE A PROPAGANDA POR MEIO DE *OUTDOOR* SOMENTE PODERÁ SER REALIZADA POR MEIO DE SORTEIO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. MULTA. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.078 – REPRESENTAÇÃO 380 - CLASSE 29, EM 17/03/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 05/04/2005, PÁGINA 02.

NO MESMO SENTIDO:

ACÓRDÃO Nº 28.042 – RECURSO ELEITORAL Nº 3913 – CLASSE 13, EM 07/03/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN NUNES FERREIRA.

- **OUTDOOR**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA. REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 37 DA LEI 9504/97. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA EM FACE DE CANDIDATO QUE NÃO CONSTAVA DO OUTDOOR OBJETO DO PRESENTE PROCESSO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ RECONHECIDA PELO JUÍZO MONOCRÁTICO. COMPROVAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.158 - RECURSO ELEITORAL N 3645 – CLASSE 13, EM 25/04/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 05/05/2005, PÁGINA 03.

• **OUTDOOR**

EMENTA:

DESCABIMENTO DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA EM SE TRATANDO DE EMPREGO DE OUTDOOR. TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS DESTINADAS A AFASTAR A APLICAÇÃO DA PENALIDADE PECUNIÁRIA IMPOSTA PELO JUÍZO SINGULAR.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE DEU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ACÓRDÃO Nº 28.163 - RECURSO ELEITORAL Nº 4075 - CLASSE 13,
EM 25/04/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 12/05/2005, PÁGINA 04.

• **OUTDOOR**

EMENTA:

COMPROVADA A PRÁTICA DE PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR PELOS ORA RECORRENTES. CONSTATADA A UTILIZAÇÃO PELO CANDIDATO À ELEIÇÃO MAJORITÁRIA, DE ESPAÇO EM OUTDOORS EM PATAMAR SUPERIOR AO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL.

REPRESENTAÇÃO CONTRA A PRÁTICA DE PROPAGANDA IRREGULAR POR PARTE DO CANDIDATO A PREFEITO. OCUPAÇÃO INDEVIDA DE ESPAÇO DESTINADO A CANDIDATO À ELEIÇÃO PROPORCIONAL.

A DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO É FEITA PELA JUSTIÇA ELEITORAL. VERIFICADO QUE *OUTDOORS* FORAM OCUPADOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 18 DA RESOLUÇÃO 21.610/04, ULTRAPASSANDO O ESPAÇO DE 1/3 DESTINADO A PROPAGANDA DE CANDIDATO A ELEIÇÃO MAJORITÁRIA. REDUZIDA A MULTA PARA O VALOR MÍNIMO.

REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE E, NO MÉRITO, DADO PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.214 – RECURSO ELEITORAL Nº 4088 - CLASSE 13,
EM 09/05/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 24/05/2005, PÁGINA 02.

• **OUTDOOR**

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. PROCEDIMENTO REGULADO PELA LEI Nº 9504/97 E PELA RESOLUÇÃO TSE Nº21.575/03. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC. EMPREGO DE OUTDOOR EM DESCONFORMIDADE COM O ART. 18 DA RES. TSE Nº 21.610/03. O VALOR DA MULTA DEVE SER FIXADO EM SEU PATAMAR MÍNIMO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.

ACÓRDÃO Nº 28.263 - RECURSO ELEITORAL Nº 4105 - CLASSE 13, EM 19/05/2005.

RELATOR: JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/05/2005.

- **OUTDOOR**

EMENTA:

PRELIMINARES REJEITADAS. PRÉVIA CIÊNCIA CARACTERIZADA. PROPAGANDA OSTENSIVA COM EMPREGO DE OUTDOOR. REDUZIDO O VALOR DA MULTA APLICADA AO MÍNIMO LEGAL. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

ACÓRDÃO Nº 28.465 - RECURSO ELEITORAL Nº 4129 - CLASSE 13, EM 25/08/2005.

RELATORA: JUIZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 30/08/2005.

- **OUTDOOR**

EMENTA:

AFASTADA A APLICAÇÃO DE MULTA IMPOSTA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUANDO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. A CANDIDATA RECORRENTE UTILIZOU-SE DE OUTDOOR NÃO SUBMETIDO A SORTEIO. PRÉVIO CONHECIMENTO CONFIGURADO. REDUZIDO O VALOR DA MULTA AO MÍNIMO LEGAL.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ACÓRDÃO Nº 28.467 - RECURSO ELEITORAL Nº 4126 - CLASSE 13, EM 25/08/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/09/2005, PÁGINA 02.

- **OUTDOOR**

EMENTA:

RECURSO. REPRESENTAÇÃO.PROCEDÊNCIA. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR.OUTDOOR. SUPOSTA PROPAGANDA INSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA. RODOVIA ESTADUAL. BEM PÚBLICO DE USO COMUM. VIOLAÇÃO AO ART 37 ,CAPUT, DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO IMPROVIDO.

BEM PÚBLICO DE USO COMUM. PROPAGANDA INSTITUCIONAL EM RODOVIA ESTADUAL.

INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART 37, *CAPUT*, DA LEI Nº 9.504/97.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.608 - RECURSO ELEITORAL Nº 4143 - CLASSE 13, EM 03/11/2005.

RELATOR: DES. ROBERTO WIDER.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 08/11/2005, PÁGINA 02.

- **OUTDOOR**

EMENTA:

PROPAGANDA ELEITORAL EM BEM DE USO COMUM. AUTORIA COMPROVADA. INCLUSÃO DO NOME DA CANDIDATA RECORRENTE NAS CAMISETAS. VIOLADO O DISPOSTO NO ART. 37 DA LEI Nº 9.504/97.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.634 - RECURSO ELEITORAL Nº 4145 - CLASSE 13, EM 10/10/2005.

RELATOR: JUIZ MARCIO ALOISIO PACHECO DE MELLO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 17/10/2005, PÁGINA 02.

- **PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

ENQUETE REALIZADA NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR. REDUZIDO VALOR DA MULTA APLICADA.

PESQUISA CONSISTENTE EM UM LEVANTAMENTO ELEITORAL REALIZADO NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DA DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS, COM O TÍTULO: "PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE 20/08 A 10/09/04".

MULTA ARBITRADA NA QUANTIA MÍNIMA LEGAL, INEXISTÊNCIA DE REINCIDÊNCIA NA CONDUTA IRREGULAR.

REDUZIDO O VALOR DA MULTA APLICADA. DADO PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.107 - RECURSO ELEITORAL Nº 4074 - CLASSE 13, EM 31/03/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.
PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 12/04/2005, PÁGINA 03.

• **PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

EFETIVA DIVULGAÇÃO DE PESQUISA IRREGULAR EM PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA.
RECURSO PROVIDO.

PESQUISA DIVULGADA DURANTE O HORÁRIO DA PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA.

CONFIGURADA A PESQUISA IRREGULAR POR NÃO DEMONSTRAR O PERÍODO E MARGEM DE ERRO. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.229 – RECURSO ELEITORAL Nº 3970 - CLASSE 13,
EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 23/05/2005, PÁGINA 05.

• **PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

O TEXTO DIVULGADO SE REVESTE DE MERA ENQUETE OU SONDAJEM. RECURSO PROVIDO.

ENQUETE REALIZADA NO PERÍODO DA MANHÃ, NO CENTRO DA CIDADE. O TEXTO DIVULGADO É MERA ENQUETE OU SONDAJEM, NÃO CONFIGURA PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR.

DADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.235 - RECURSO ELEITORAL Nº 4040 - CLASSE 13,
EM 16/05/2005.

RELATOR: JUIZ IVAN LUÍS NUNES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II,
DATA 23/05/2005, PÁGINA 04.

• **PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL - RESOLUÇÃO TSE Nº 21.576/03 - REPRESENTAÇÃO - PRELIMINAR - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - REJEITADA - DIVULGAÇÃO IRREGULAR DE PESQUISA - OCORRÊNCIA - MULTA - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

-CUIDA-SE DE RECURSO ELEITORAL OBJETIVANDO A REFORMA DE SENTENÇA QUE, EM SEDE DE REPRESENTAÇÃO, JULGOU PROCEDENTE PEDIDO PARA CONDENAR A ORA RECORRENTE AO PAGAMENTO DE MULTA NO VALOR DE 50.000 (CINQUENTA MIL) UFIR'S, POR DIVULGAÇÃO DE PESQUISA IRREGULAR.

-CUMPRE AFASTAR, DE PLANO, A PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. CONSOANTE BEM ACENTUOU O ILUSTRE REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL "... O PEDIDO É JURIDICAMENTE POSSÍVEL, SENDO CERTO QUE O MESMO SE ENCONTRA PREVISTO NO ART. 7º DA RESOLUÇÃO 21.576/2003 DO TSE".

-COM EFEITO, O PANFLETO ACOSTADO AOS AUTOS VEICULA PESQUISA ELEITORAL QUE NÃO ATENDE ALGUNS DOS REQUISITOS ELENCADOS NO ART. 6º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 21.576/03.

-COMO SANÇÃO PELA DIVULGAÇÃO IRREGULAR DE PESQUISA, O JUÍZO ELEITORAL, COM BASE NO ART. 7º DA MENCIONADA RESOLUÇÃO, FIXOU A MULTA NO MÍNIMO LEGAL, NOS TERMOS DO ART. 33, § 3º, DA LEI Nº 9.504/97, O QUE DENOTA RAZOABILIDADE COMO REPRIMENDA AO ATO PRATICADO PELA RECORRENTE.

-PRECEDENTE CITADO.

-NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

PESQUISA ELEITORAL QUE NÃO ATENDE ALGUNS DOS REQUISITOS ELENCADOS NO ART. 6º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 21.576/03.

PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, REJEITADA, COM FULCRO NO ART. 7º DA RESOLUÇÃO 21.576/2003 DO TSE. OCORRÊNCIA DE DIVULGAÇÃO IRREGULAR DE PESQUISA. MULTA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.501 - RECURSO ELEITORAL Nº 4135 - CLASSE 13, EM 12/09/2005.

RELATORA: DES. FEDERAL VERA LÚCIA LIMA DA SILVA.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 20/09/2005, PÁGINA 02.

- **PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

PUBLICAÇÃO DE PESQUISA REALIZADA FORA DO PERÍODO ELEITORAL. DESOBRIGATORIEDADE DO REGISTRO PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.505 - RECURSO ELEITORAL Nº 4142 - CLASSE 13, EM 15/09/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 22/09/2005, PÁGINA 02.

- **PESQUISA ELEITORAL**

EMENTA:

PESQUISA DE OPINIÃO NÃO REGISTRADA PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL. DIVULGAÇÃO POR EMPRESA JORNALÍSTICA. CANDIDATO NOTORIAMENTE BENEFICIADO. RECURSOS DESPROVIDOS.

ACÓRDÃO Nº 28.542 - RECURSO ELEITORAL Nº 4147 -CLASSE 13, EM 26/09/2005.

RELATORA: JUÍZA JACQUELINE LIMA MONTENEGRO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 04/10/2005, PÁGINA 03.

V

► VOTAÇÃO

• VOTAÇÃO – NULIDADE

EMENTA:

DIREITO ELEITORAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. VOTOS ATRIBUÍDOS À CANDIDATA QUE CONCORREU *SUB JUDICE*, CONSIDERADOS NULOS. IMPOSSIBILIDADE DOS VOTOS SEREM COMPUTADOS PARA A LEGENDA, PORQUE A CANDIDATA TEVE SEU REGISTRO INDEFERIDO ANTES DA REALIZAÇÃO DO PLEITO MUNICIPAL. DESPROVIDO O RECURSO.

-RECURSO INTERPOSTO PELA COLIGAÇÃO FORÇA E UNIÃO, NO QUAL IMPUGNA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA DE MARIA LAURA VIEIRA CANELLAS, CANDIDATA ELEITA AO CARGO DE VEREADORA NO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE, NAS ELEIÇÕES DE 2004.

-CONFIGURADA A CORREÇÃO DO PROCEDIMENTO ADOTADO PELO MM. JUÍZO ELEITORAL, AO CONSIDERAR NULOS OS VOTOS ATRIBUÍDOS À CANDIDATA QUE CONCORREU *SUB JUDICE*, CUJO REGISTRO VEIO A SER INDEFERIDO, EM DEFINITIVO, ANTES DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004.

-RECONHECIDA A IMPOSSIBILIDADE DE SEREM OS VOTOS ATRIBUÍDOS À CANDIDATA COMPUTADOS PARA A LEGENDA, COMO PRETENDIDO PELA COLIGAÇÃO- RECORRENTE.

-DESPROVIDO O RECURSO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. VOTOS ATRIBUÍDOS À CANDIDATA QUE CONCORREU *SUB JUDICE*, CONSIDERADOS NULOS. IMPOSSIBILIDADE DOS VOTOS SEREM COMPUTADOS PARA A LEGENDA, PORQUE A CANDIDATA TEVE SEU REGISTRO INDEFERIDO ANTES DA REALIZAÇÃO DO PLEITO MUNICIPAL. DESPROVIDO O RECURSO.

ACÓRDÃO Nº 28.353 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 6 - CLASSE 12, EM 27/06/2005.

RELATOR: DES. PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 01/07/2005, PÁGINA 02.

- **VOTAÇÃO – NULIDADE**

EMENTA:

NULIDADE DOS VOTOS ATRIBUÍDOS A CANDIDATO CASSADO COM BASE NO ART. 41-A DA LEI Nº 9504/97. INEXISTÊNCIA DE ERRO NA DETERMINAÇÃO DO QUOCIENTE ELEITORAL. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 28.436 - RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 37-CLASSE 12, EM 08/08/2005.

RELATOR: JUIZ ANTONIO JAYME BOENTE

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 18/08/2005, PÁGINA 03.

- **VOTAÇÃO - QUOCIENTE ELEITORAL**

EMENTA:

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ARTIGO 262, INCISO III, DO CÓDIGO ELEITORAL. SUPOSTO EQUÍVOCO NA FIXAÇÃO DO QUOCIENTE ELEITORAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 175, § 4º DO DIPLOMA LEGAL EM REFERÊNCIA. OS VOTOS DO CANDIDATO QUE CONCORREU ÀS ELEIÇÕES COM REGISTRO DEFERIDO E POSTERIORMENTE CASSADO, DEVEM SER COMPUTADOS PARA AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA PELA QUAL OCORREU O REGISTRO. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO Nº 28.111 – RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 14 - CLASSE Nº 12, EM 04/04/2005.

RELATOR: DES. MARLAN DE MORAES MARINHO.

PUBLICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, VOLUME III, TOMO II, DATA 12/04/2005, PÁGINA 02.